

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	12
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	13
Demonstração do Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	23
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	24
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	25
Demonstração do Valor Adicionado	26

Relatório da Administração	28
Notas Explicativas	48
Proposta de Orçamento de Capital	120

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	121
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	123

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	124
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	125

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	344.444
Preferenciais	0
Total	344.444
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	23/04/2014	Dividendo	08/05/2014	Ordinária		0,35880
Reunião do Conselho de Administração	30/10/2014	Dividendo	28/11/2014	Ordinária		0,23000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	3.987.530	3.064.518	2.263.785
1.01	Ativo Circulante	347.900	263.186	198.015
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	109.516	185.442	11.419
1.01.03	Contas a Receber	227.103	60.227	156.082
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	227.103	60.227	156.082
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	227.103	60.227	156.082
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	0	10.358
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	0	10.358
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	0	0	10.358
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.085	59	98
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.196	17.458	20.058
1.01.08.03	Outros	8.196	17.458	20.058
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	6.929	14.632	19.840
1.01.08.03.03	Outros Créditos	1.267	2.826	218
1.02	Ativo Não Circulante	3.639.630	2.801.332	2.065.770
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.163.021	806.660	349.929
1.02.01.03	Contas a Receber	47	302	352
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	47	302	352
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.143.779	787.826	345.000
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	1.143.779	787.826	345.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	19.195	18.532	4.577
1.02.01.09.03	Depósito Judiciais	5.113	4.806	4.577
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	14.082	13.726	0
1.02.02	Investimentos	2.458.045	1.988.918	1.709.747
1.02.02.01	Participações Societárias	2.458.045	1.988.918	1.709.747
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.458.045	1.988.918	1.708.694
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	0	1.053
1.02.03	Imobilizado	9.173	5.095	5.489
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.173	5.095	5.489

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.02.04	Intangível	9.391	659	605
1.02.04.01	Intangíveis	9.391	659	605

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	3.987.530	3.064.518	2.263.785
2.01	Passivo Circulante	386.209	102.648	197.612
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.164	11.530	7.222
2.01.01.01	Obrigações Sociais	12.164	11.530	7.222
2.01.02	Fornecedores	2.809	1.003	720
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.809	1.003	720
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.886	2.709	1.521
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	230.372	60.675	167.578
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	60.675	167.578
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	60.675	167.578
2.01.04.02	Debêntures	230.372	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	136.978	26.731	20.571
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	107.194	201	274
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	107.042	0	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	152	201	0
2.01.05.02	Outros	29.784	26.530	20.297
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	27.028	22.183	20.114
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	0	0	13
2.01.05.02.05	Outros	2.756	4.347	170
2.02	Passivo Não Circulante	1.433.405	1.033.667	371.089
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	309.154	205.022	0
2.02.01.02	Debêntures	309.154	205.022	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.124.251	828.645	371.089
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.124.251	828.577	371.000
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	1.124.251	828.577	371.000
2.02.02.02	Outros	0	68	89
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	68	89
2.03	Patrimônio Líquido	2.167.916	1.928.203	1.695.084
2.03.01	Capital Social Realizado	873.822	772.417	679.970

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.03.04	Reservas de Lucros	1.316.365	1.178.057	1.037.385
2.03.04.01	Reserva Legal	101.425	80.076	80.076
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.214.940	1.097.981	957.309
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271	-22.271

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	467.613	441.692	387.476
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.694	-35.317	-25.848
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-3.824	-20.708	-15.479
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-6.111	-12.306	-7.464
3.04.02.03	Tributárias	-2.759	-2.303	-2.905
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	13.089	10.853	8.995
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	467.218	466.156	404.329
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	467.613	441.692	387.476
3.06	Resultado Financeiro	-19.102	-14.722	3.954
3.06.01	Receitas Financeiras	143.423	72.725	50.216
3.06.01.01	Receitas Financeiras	143.423	72.725	50.216
3.06.02	Despesas Financeiras	-162.525	-87.447	-46.262
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-162.525	-87.447	-46.240
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	0	0	-22
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	448.511	426.970	391.430
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.141	0	-2.180
3.08.01	Corrente	-1.141	0	-2.180
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	447.370	426.970	389.250
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	447.370	426.970	389.250
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,29880	1,23960	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	447.370	426.970	389.250
4.03	Resultado Abrangente do Período	447.370	426.970	389.250

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	14.326	-44.307	-4.387
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-433.602	-476.084	-402.077
6.01.01.01	Depreciações e Amortizações	1.802	1.269	1.328
6.01.01.02	Baixa de Ativo Permanente	96	129	93
6.01.01.03	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	31.718	-11.326	831
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-467.218	-466.156	-404.329
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	558	4.807	8.440
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-4.360	-10.043	4.714
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	-3.026	39	51
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-1.151	-5.544	7.024
6.01.02.05	Outros Créditos	1.559	-2.603	313
6.01.02.06	Fornecedores	7.202	283	-413
6.01.02.07	Obrigações Sociais	634	4.308	929
6.01.02.08	Obrigações Fiscais	1.177	1.188	-2.982
6.01.02.09	Contas a Pagar - Sociedades Ligadas	-49	13.344	-696
6.01.02.10	Outras Contas a Pagar	-1.591	4.048	-6
6.01.02.11	Cauções Contratuais	242	-98	-152
6.01.02.12	Depósitos Judiciais	-307	-229	-255
6.01.02.13	Outras contas a receber	228	114	-87
6.01.03	Outros	447.370	426.970	389.250
6.01.03.01	Lucro Líquido do Exercício	447.370	426.970	389.250
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-23.625	193.113	147.802
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-5.747	-706	-1.190
6.02.02	Adições ao Intangível	-8.962	-352	-371
6.02.04	Adições aos Investimentos	-444.000	-135.000	-192.000
6.02.06	Recebimento de Dividendos - Exercícios Anteriores	0	0	161.370
6.02.07	Recebimento de Juros sobre Capital Próprio	10.287	19.744	20.808
6.02.08	Recebimento de Dividendos	424.797	309.427	159.185
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-66.627	25.217	-150.444

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.03.01	Pagamento de Dividendos	-202.810	-191.783	-192.628
6.03.03	Emprestimos sociedades ligadas	-160.000	-273.000	15.000
6.03.04	Outros pagamentos de Juros	-3.817	0	27.184
6.03.05	Emissão de debêntures	300.000	200.000	0
6.03.06	Captação	0	290.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-75.926	174.023	-7.029
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	185.442	11.419	18.448
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	109.516	185.442	11.419

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	772.417	0	1.155.784	0	0	1.928.201
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	772.417	0	1.155.784	0	0	1.928.201
5.04	Transações de Capital com os Sócios	101.405	0	-101.405	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	101.405	0	-101.405	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	239.715	0	0	239.715
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	447.370	0	447.370
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	239.715	-447.370	0	-207.655
5.05.02.06	Reserva Legal	0	0	22.369	-22.369	0	0
5.05.02.07	Reserva de Lucro	0	0	318.751	-318.751	0	0
5.05.02.08	Dividendos Pagos	0	0	0	-79.221	0	-79.221
5.05.02.09	Dividendos Propostos	0	0	-101.405	-27.029	0	-128.434
5.07	Saldos Finais	873.822	0	1.294.094	0	0	2.167.916

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	679.970	0	1.015.114	0	0	1.695.084
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	679.970	0	1.015.114	0	0	1.695.084
5.04	Transações de Capital com os Sócios	92.447	0	-184.893	0	0	-92.446
5.04.01	Aumentos de Capital	92.447	0	-92.447	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-92.446	0	0	-92.446
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	325.565	0	0	325.565
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	426.970	0	426.970
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	325.565	-426.970	0	-101.405
5.05.02.06	Reserva legal	0	0	21.349	-21.349	0	0
5.05.02.07	Reserva de lucros	0	0	202.811	-202.811	0	0
5.05.02.08	Dividendos pagos	0	0	0	-79.222	0	-79.222
5.05.02.09	Dividendos propostos	0	0	0	-22.183	0	-22.183
5.05.02.10	Dividendo adicional proposto	0	0	101.405	-101.405	0	0
5.07	Saldos Finais	772.417	0	1.155.786	0	0	1.928.203

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	592.124	0	908.643	0	0	1.500.767
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	592.124	0	908.643	0	0	1.500.767
5.04	Transações de Capital com os Sócios	87.846	0	-87.846	-20.114	0	-20.114
5.04.01	Aumentos de Capital	87.846	0	-87.846	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-20.114	0	-20.114
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	194.317	20.114	0	214.431
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	389.250	0	389.250
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	194.317	-369.136	0	-174.819
5.05.02.06	Reserva Legal	0	0	19.462	-19.462	0	0
5.05.02.07	Reserva de Lucro	0	0	184.895	-184.895	0	0
5.05.02.08	Dividendos Pagos	0	0	-102.486	-72.333	0	-174.819
5.05.02.09	Dividendos adicional prproposto	0	0	92.446	-92.446	0	0
5.07	Saldos Finais	679.970	0	1.015.114	0	0	1.695.084

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.04	Retenções	-1.802	-1.269	-1.328
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.802	-1.269	-1.328
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.802	-1.269	-1.328
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	623.833	549.812	463.675
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	467.218	466.156	404.329
7.06.02	Receitas Financeiras	143.462	72.725	50.216
7.06.03	Outros	13.153	10.931	9.130
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	6.830	7.150	5.367
7.06.03.03	Outros	6.323	3.781	3.763
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	622.031	548.543	462.347
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	622.031	548.543	462.347
7.08.01	Pessoal	2.722	7.575	6.694
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.274	6.083	5.373
7.08.01.02	Benefícios	248	802	726
7.08.01.03	F.G.T.S.	200	690	595
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.213	8.607	5.366
7.08.02.01	Federais	8.188	7.831	5.098
7.08.02.02	Estaduais	25	703	219
7.08.02.03	Municipais	0	73	49
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.795	24.253	61.037
7.08.03.01	Juros	32.037	0	45.953
7.08.03.02	Aluguéis	-2	1.193	1.231
7.08.03.03	Outras	5.760	23.060	13.853
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	573.301	508.108	389.250
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	125.931	81.138	0
7.08.04.02	Dividendos	106.251	0	92.447
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	341.119	426.970	296.803

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	9.599.828	7.369.011	6.048.420
1.01	Ativo Circulante	1.818.486	1.161.458	899.905
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.410.451	929.911	681.437
1.01.02	Aplicações Financeiras	174.377	47.383	63.299
1.01.03	Contas a Receber	154.062	126.709	111.104
1.01.03.01	Clientes	154.062	126.709	111.014
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	0	90
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	0	0	90
1.01.04	Estoques	9.950	7.662	8.878
1.01.06	Tributos a Recuperar	47.482	33.691	23.772
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	47.482	0	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	15.358	10.411	9.076
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.806	5.691	2.339
1.01.08.03	Outros	6.806	5.691	2.339
1.01.08.03.03	Outros Créditos	6.806	5.691	2.339
1.02	Ativo Não Circulante	7.781.342	6.207.553	5.148.515
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	323.175	256.654	205.596
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	84.860	63.604	69.576
1.02.01.03	Contas a Receber	303	548	506
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	303	548	506
1.02.01.06	Tributos Diferidos	183.906	172.108	120.796
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	183.906	172.108	120.796
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	3	22	9
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	54.103	20.372	14.709
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	54.103	20.372	14.709
1.02.02	Investimentos	1.052	1.053	1.053
1.02.02.01	Participações Societárias	1.052	1.053	1.053
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.052	1.053	1.053
1.02.03	Imobilizado	61.486	46.377	47.208

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	61.486	46.377	47.208
1.02.04	Intangível	7.395.629	5.903.469	4.894.658
1.02.04.01	Intangíveis	7.395.629	5.903.469	4.894.658

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	9.599.828	7.369.011	6.048.420
2.01	Passivo Circulante	1.757.816	900.491	1.045.667
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	76.815	79.899	59.878
2.01.01.01	Obrigações Sociais	76.815	79.899	59.878
2.01.02	Fornecedores	142.868	122.115	109.344
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	142.868	122.115	109.344
2.01.03	Obrigações Fiscais	72.748	82.679	73.451
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.078.249	288.482	472.786
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	198.865	142.989	109.145
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	198.865	142.989	109.145
2.01.04.02	Debêntures	879.384	145.493	363.641
2.01.05	Outras Obrigações	193.598	187.784	193.258
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	152	154	258
2.01.05.02	Outros	193.446	187.630	193.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	27.028	22.183	20.114
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	61.764	44.847	42.818
2.01.05.02.05	Outros	30.202	50.301	62.136
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	74.452	70.299	67.932
2.01.06	Provisões	193.538	139.532	136.950
2.01.06.02	Outras Provisões	193.538	139.532	136.950
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	95.258	71.043	80.614
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	98.280	68.489	56.336
2.02	Passivo Não Circulante	5.713.235	4.588.947	3.395.669
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.974.256	3.836.246	2.761.866
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.716.797	2.148.990	1.874.329
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.716.797	0	0
2.02.01.02	Debêntures	2.257.459	1.687.256	887.537
2.02.02	Outras Obrigações	164.123	220.042	263.909
2.02.02.02	Outros	164.123	220.042	263.909

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	163.048	216.540	258.691
2.02.02.02.04	Receita Diferida	461	427	398
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	599	2.785	4.820
2.02.02.02.06	Fornecedores	15	290	0
2.02.03	Tributos Diferidos	90.294	76.326	52.698
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	90.294	76.326	52.698
2.02.04	Provisões	484.562	456.333	317.196
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.198	11.787	10.176
2.02.04.02	Outras Provisões	469.364	444.546	307.020
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	443.244	401.395	252.115
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	26.120	43.151	54.905
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.128.777	1.879.573	1.607.084
2.03.01	Capital Social Realizado	873.822	772.417	679.970
2.03.04	Reservas de Lucros	1.277.226	1.129.427	949.385
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271	-22.271

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.018.133	3.377.473	3.118.797
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.812.470	-2.237.115	-2.105.570
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-1.055.023	-978.245	-988.433
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-1.757.447	-1.258.870	-1.117.137
3.03	Resultado Bruto	1.205.663	1.140.358	1.013.227
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-193.132	-193.335	-176.327
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-201.345	-203.149	-183.095
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-182.086	-181.818	-167.624
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-19.259	-21.331	-15.471
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	11.968	12.960	10.468
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.755	-3.146	-3.700
3.04.05.01	Tributárias	-3.755	-3.146	-3.700
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.012.531	947.023	836.900
3.06	Resultado Financeiro	-322.374	-277.767	-237.397
3.06.01	Receitas Financeiras	127.375	61.061	102.566
3.06.01.01	Receitas Financeiras	127.375	61.061	102.566
3.06.02	Despesas Financeiras	-449.749	-338.828	-339.963
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-450.073	-338.824	-339.935
3.06.02.02	Varição Cambial Líquida	324	-4	-28
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	690.157	669.256	599.503
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-233.297	-202.916	-195.937
3.08.01	Corrente	-231.128	-230.600	-209.582
3.08.02	Diferido	-2.169	27.684	13.645
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	456.860	466.340	403.566
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	456.860	466.340	403.566
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	456.860	466.340	403.566
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,32640	1,35390	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	456.860	466.340	403.566
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	456.860	466.340	403.566
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	456.860	466.340	403.566

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	983.804	984.270	892.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	902.991	692.326	646.748
6.01.01.01	Depreciações e Amortizações	344.689	285.745	241.519
6.01.01.03	Baixa de Ativo Permanente	27.774	2.368	10.898
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.169	-27.684	-13.645
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	22.105	28.500	38.617
6.01.01.06	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-18.236	-8.486	-9.988
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	107.214	124.963	107.780
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias de Debêntures	277.108	139.080	156.236
6.01.01.09	Despesa Financeira (valor presente)	26.754	22.815	17.278
6.01.01.10	Constituição (reversão) de Provisão p/ Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	10.343	4.655	5.496
6.01.01.11	Constituição (reversão) de Provisão p/ Manutenção	103.071	120.370	92.557
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-376.047	-174.396	-158.314
6.01.02.01	Contas a Receber	-27.353	-15.695	-11.855
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	0	90	4
6.01.02.03	Estoques	-2.288	1.216	662
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-6.862	-1.348	-2.760
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-11.472	-8.421	3.741
6.01.02.07	Outros Créditos	-1.115	-3.349	1.329
6.01.02.08	Cauções Contratuais	0	0	-190
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-33.731	-5.663	-106
6.01.02.10	Outras Contas a Receber	-18	-1	-87
6.01.02.11	Fornecedores	-85.979	5.112	-61.553
6.01.02.12	Fornecedores - Partes Relacionadas	-2	-13.723	-674
6.01.02.13	Cauções Contratuais	10.370	1.907	1.422
6.01.02.14	Obrigações Sociais	-3.084	20.195	10.585
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	142.609	191.612	10.834
6.01.02.16	Receita Diferida	34	29	14
6.01.02.17	Outras Contas a Pagar	53	2.861	-4.672

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01.02.18	Credores pela Concessão	126	-1.432	229
6.01.02.19	Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	-6.932	-3.044	-976
6.01.02.20	Outros Passivos	-350.403	-344.742	-104.261
6.01.03	Outros	456.860	466.340	403.566
6.01.03.01	Lucro Líquido do Exercício	456.860	466.340	403.566
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.873.488	-1.222.664	-1.107.664
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-19.515	-11.632	-6.300
6.02.02	Adições ao Intangível	-1.721.640	-1.239.908	-1.100.125
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-219.135	-303.857	-379.830
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	86.802	332.733	378.591
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.370.224	486.868	-281.353
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos (captações, pagamento principal e juros)	625.195	400.100	447.943
6.03.02	Debêntures (captação, pagamento principal e juros)	1.019.409	345.403	-473.153
6.03.03	Pagamento de Credores pela Concessão	-71.570	-66.852	-63.515
6.03.04	Pagamento de Dividendos	-202.810	-191.783	-192.628
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	480.540	248.474	-497.017
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	929.911	681.437	1.178.454
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.410.451	929.911	681.437

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	772.417	0	1.107.155	0	0	1.879.572	0	1.879.572
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	772.417	0	1.107.155	0	0	1.879.572	0	1.879.572
5.04	Transações de Capital com os Sócios	101.405	0	-202.810	0	0	-101.405	0	-101.405
5.04.01	Aumentos de Capital	101.405	0	-101.405	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-101.405	0	0	-101.405	0	-101.405
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	350.610	0	0	350.610	0	350.610
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	456.860	0	456.860	0	456.860
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	350.610	-456.860	0	-106.250	0	-106.250
5.05.02.06	Reserva Legal	0	0	22.843	-22.843	0	0	0	0
5.05.02.07	Reserva de Lucros	0	0	327.767	-327.767	0	0	0	0
5.05.02.08	Dividendos Pagos	0	0	0	-79.222	0	-79.222	0	-79.222
5.05.02.09	Dividendos Propostos	0	0	0	-27.028	0	-27.028	0	-27.028
5.07	Saldos Finais	873.822	0	1.254.955	0	0	2.128.777	0	2.128.777

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	679.970	0	927.114	0	0	1.607.084	0	1.607.084
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	679.970	0	927.114	0	0	1.607.084	0	1.607.084
5.04	Transações de Capital com os Sócios	92.447	0	-184.893	0	0	-92.446	0	-92.446
5.04.01	Aumentos de Capital	92.447	0	-92.447	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-92.446	0	0	-92.446	0	-92.446
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	364.935	0	0	364.935	0	364.935
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	466.340	0	466.340	0	466.340
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	364.935	-466.340	0	-101.405	0	-101.405
5.05.02.06	Reserva legal	0	0	21.349	-21.349	0	0	0	0
5.05.02.07	Reserva de lucros	0	0	242.181	-242.181	0	0	0	0
5.05.02.08	Dividendos pagos	0	0	0	-79.222	0	-79.222	0	-79.222
5.05.02.09	Dividendos propostos	0	0	0	-22.183	0	-22.183	0	-22.183
5.05.02.10	Dividendo adicional proposto	0	0	101.405	-101.405	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	772.417	0	1.107.156	0	0	1.879.573	0	1.879.573

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	592.124	0	806.327	0	0	1.398.451	0	1.398.451
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	592.124	0	806.327	0	0	1.398.451	0	1.398.451
5.04	Transações de Capital com os Sócios	87.846	0	-87.846	-20.114	0	-20.114	0	-20.114
5.04.01	Aumentos de Capital	87.846	0	-87.846	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-20.114	0	-20.114	0	-20.114
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	208.633	20.114	0	228.747	0	228.747
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	403.566	0	403.566	0	403.566
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	208.633	-383.452	0	-174.819	0	-174.819
5.05.02.06	Reserva Legal	0	0	19.462	-19.462	0	0	0	0
5.05.02.07	Reserva de Lucros	0	0	199.211	-199.211	0	0	0	0
5.05.02.08	Dividendo Pago	0	0	-102.486	-72.333	0	-174.819	0	-174.819
5.05.02.09	Dividendo Adicional Proposto	0	0	92.446	-92.446	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	679.970	0	927.114	0	0	1.607.084	0	1.607.084

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	4.236.358	3.602.183	3.327.922
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.431.851	2.300.436	2.135.110
7.01.02	Outras Receitas	1.804.507	1.301.747	1.192.812
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	1.757.447	1.258.870	1.117.137
7.01.02.02	Outras	47.060	42.877	75.675
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.451.878	-1.840.472	-1.752.065
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-259.792	-125.881	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-164.172	-123.869	-243.552
7.02.04	Outros	-2.027.914	-1.590.722	-1.508.513
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-1.757.447	-1.258.870	-1.117.137
7.02.04.02	Custo da Concessão	-110.514	-121.815	-133.401
7.02.04.03	Outros	-14.490	-14.007	-22.018
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-145.463	-196.030	-235.957
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.784.480	1.761.711	1.575.857
7.04	Retenções	-344.689	-285.745	-241.519
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-344.689	-285.745	-241.519
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.439.791	1.475.966	1.334.338
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	219.724	174.248	140.803
7.06.02	Receitas Financeiras	127.375	61.061	102.566
7.06.03	Outros	92.349	113.187	38.237
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	78.426	35.388	5.367
7.06.03.03	Outros	7.093	70.649	32.870
7.06.03.04	Juros capitalizados	6.830	7.150	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.659.515	1.650.214	1.475.141
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.659.515	1.650.214	1.475.141
7.08.01	Pessoal	204.377	308.850	276.703
7.08.01.01	Remuneração Direta	149.929	217.065	199.941
7.08.01.02	Benefícios	42.157	73.620	60.737
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.291	18.165	16.025

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	482.978	511.011	450.154
7.08.02.01	Federais	359.081	375.097	327.324
7.08.02.02	Estaduais	356	1.048	531
7.08.02.03	Municipais	123.541	134.866	122.299
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	515.300	364.014	344.718
7.08.03.01	Juros	386.964	266.357	305.350
7.08.03.02	Aluguéis	11.506	11.637	10.167
7.08.03.03	Outras	116.830	86.020	29.201
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	78.426	0	0
7.08.03.03.02	Outras	38.404	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	456.860	466.339	403.566
7.08.04.02	Dividendos	106.251	110.756	92.447
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	350.609	355.583	311.119

Relatório da Administração

Mensagem do Presidente

O investimento recorde de R\$ 1,9 bilhão realizado no ano dá a dimensão da importância de 2014 para a Arteris, uma marca que só foi possível graças à qualidade de nossas equipes, à gestão eficiente dos recursos disponíveis e o relacionamento transparente e produtivo com órgãos reguladores.

O ano foi marcado pelas importantes entregas, como, por exemplo, a remodelação do Trevo de Ribeirão Preto – finalizado dezesseis meses antes do prazo –, e também pelos avanços em outras importantes frentes de trabalho. Um exemplo é a assinatura de novos aditivos contratuais. A empresa firmou com a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) um complemento de R\$ 395 milhões em relação às obras adicionais para melhoria do nível de serviço e cumprimento de condicionantes ambientais na Serra do Cafezal. Da mesma forma, recebeu autorização para investir R\$ 91 milhões na duplicação da SP-318. Essas conquistas refletem uma política de relacionamento com o poder concedente que colabora para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira.

O recorde de investimentos foi promovido de forma sustentável, sem colocar em risco o equilíbrio das contas da companhia. O lucro líquido alcançou R\$ 457 milhões. A receita bruta de pedágio foi de R\$ 2,4 bilhões, com EBITDA de R\$ 1,4 bilhão, um aumento de 10% se comparado a 2013. Mesmo em um ano de baixo crescimento do PIB, o volume de veículos pedagiados apresentou crescimento de 1,3%, o que evidencia a diversificação de nossa rede de 3.250 km, a resiliência dos negócios da empresa e a capacidade de lidarmos com momentos críticos e desafiadores do ponto de vista conjuntural.

A Arteris se tornou no decorrer de 2014 uma empresa cada vez mais comprometida com a excelência administrativa, o que se traduziu em eficiência e produtividade. O reconhecimento do mercado aos nossos pilares de estratégia e gestão ficou salientado no sucesso da emissão de debêntures, que captou R\$ 1,3 bilhão para continuarmos nossos investimentos.

A companhia também se manteve focada em excelência operacional, com esforços para promover segurança aos colaboradores e usuários das rodovias. De maneira pioneira no setor de concessões brasileiro, a empresa promoveu o 1º Mês de Segurança Arteris, que permitiu a conscientização de 840 mil pessoas em setembro.

O ano também foi fundamental para as ações de responsabilidade social corporativa. O Projeto Escola, iniciativa de educação para o trânsito, foi implantado com sucesso nas concessionárias federais. Outro destaque foi o apoio à vinda ao Brasil de obras de Salvador Dalí, uma ação que beneficiou mais de 1,5 milhão de visitantes que compareceram à exposição do artista no Rio de Janeiro e São Paulo.

A Arteris manterá em 2015 a visão de longo prazo para o Brasil. Nossos esforços estarão direcionados para promover R\$ 2,1 bilhões em novos investimentos, o que se traduzirá em novos trechos duplicados, modernizados e com mais conforto e

Relatório da Administração

segurança aos usuários. Para isso, contamos com o engajamento dos nossos 6,5 mil colaboradores, que já demonstraram foco em resultados e orgulho de pertencer à Arteris. Sob essas bases queremos conduzir nossos negócios, gerando valor para a sociedade e acionistas e atuando de forma relevante para o desenvolvimento da infraestrutura necessária para o crescimento sustentável do Brasil.

David Díaz

Diretor Presidente da Arteris

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Arteris S.A. (“Arteris” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Perfil

A Arteris desempenha importante papel no setor de infraestrutura rodoviária brasileira, sendo responsável por investimentos direcionados à melhoria, ampliação, conservação e operação de rodovias, no âmbito dos programas de concessão do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal.

A Companhia por meio de suas concessionárias opera e administra 3.250 quilômetros de estradas, que interligam o principal polo econômico do País – situado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina – caracterizado por sua elevada densidade demográfica.

Ao todo são nove concessionárias, quatro estaduais e cinco federais, todas empresas de capital aberto, controladas em 100% pela Arteris – Autovias S.A. (Autovias), Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (Centrovias), Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias), Vianorte S.A. (Vianorte), Autopista Fernão Dias S.A. (Fernão Dias), Autopista Fluminense S.A. (Fluminense), Autopista Litoral Sul S.A. (Litoral Sul), Autopista Planalto Sul S.A. (Planalto Sul) e Autopista Régis Bittencourt S.A. (Régis Bittencourt).

A Companhia detém ainda o controle das empresas Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (Latina Manutenção) e Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (Latina Sinalização), sociedades criadas com fins de fiscalização, gerenciamento de obras e manutenção de rodovias; além de participação acionária de 4,68% na STP – Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., empresa que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema de cobrança eletrônica de pedágios.

Conjuntura Econômica

A Arteris é diretamente afetada pelas condições econômicas gerais do Brasil e a evolução de seus negócios está geralmente relacionada com a conjuntura da economia brasileira, em especial às taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, políticas tributárias e variações do Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2014, o desempenho da economia apresentou-se abaixo do esperado pelo mercado. No acumulado do período, o resultado deve ser positivo, porém muito inferior ao PIB projetado no começo de 2014. O crescimento do PIB em 2014 está estimado pelo Banco Central (BACEN) em 0,1%, abaixo dos 2,0% projetados no início do ano.

Ao longo do ano, como reflexo do cenário macroeconômico nacional e internacional, o BACEN atuou aumentando a taxa básica de juros de 10,50% para 11,75% no decorrer das reuniões realizadas pelo Comitê de Política Monetária (Copom) em 2014. O aumento deu-se por conta da tentativa do governo de manter a inflação contida, conforme detalhado abaixo.

Especificamente, em relação ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), em 2014 o indicador acumulado foi de 3,7% frente à alta de 5,5% verificada em 2013. Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) saiu de 5,9% em 2013 para 6,4% em 2014. Esses índices influenciam o ambiente econômico-inflacionário e o IPCA,

Relatório da Administração

especificamente, é utilizado no cálculo do reajuste tarifário dos pedágios administrados pelas empresas do grupo, impactando, dessa forma, a arrecadação da Companhia.

Eventos Relevantes

Percentual Mínimo de Ações em Circulação:

Em maio de 2014, a Companhia informou ao mercado a conclusão de uma reorganização societária envolvendo a acionista Brookfield Aylesbury S.A.R.L. por meio da qual a participação de Brookfield Aylesbury S.A.R.L. na Companhia qualifica-se como integrante do *free float*, resultando na observância pela Companhia do Percentual Mínimo de Ações em Circulação, conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

A reorganização societária compreendeu a segregação da participação de Brookfield Aylesbury S.A.R.L. mediante a constituição de uma nova sociedade holding, Aylesbury Motorways Brazil Holdings SRL, sendo 41% do seu capital social detidos por BIP Bermuda Holdings I Limited, um veículo do Grupo Brookfield Infrastructure, e 59% daquele capital detidos por duas subsidiárias de British Columbia Investment Management Corporation, um investidor institucional canadense independente; e a transferência para Aylesbury Motorways Brazil Holdings SRL da totalidade das ações de emissão de Brookfield Aylesbury S.A.R.L.

Desta forma, o *free float* da Companhia passou a ser de aproximadamente 30,739685%, do seu capital social, equivalente a 105.881.135 ações ordinárias em circulação.

Inclusão de novos investimentos

Autovias: Em setembro de 2014 a Concessionária Autovias S.A., controlada da Companhia, acordou junto à Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) a inclusão no contrato de concessão de uma nova obra de 14 quilômetros de duplicação da SP - 318, pelo valor estimado de R\$ 91 milhões. Com a inclusão dessa obra a concessionária obteve 6 meses de extensão no prazo de concessão.

Autopista Régis Bittencourt: Em dezembro de 2014, a Companhia foi autorizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a inclusão no contrato de concessão de complemento de R\$ 395 milhões para a realização das obras de duplicação da Serra do Cafezal. O empreendimento, localizado na BR-116/SP entre os Municípios de Juquitiba e Miracatu, contempla a duplicação de uma extensão de 30,5 quilômetros entre os km 336,7 e km 367,2 da rodovia, incluindo a construção de 34 viadutos e 4 túneis. A concessionária será remunerada através do acréscimo de R\$ 0,20929 na Tarifa Básica de Pedágio (TBP), a valores de junho de 2007, incluído gradativamente em 3 anos, sendo que o primeiro incremento, correspondente a 30% desse valor, ocorreu em 29 de dezembro de 2014, o segundo, correspondente a 35% desse valor será em 29 de dezembro de 2015 e o restante em 29 de dezembro de 2016.

Autopista Fluminense: Em janeiro de 2015, a Companhia foi autorizada pela ANTT a reajustar a tarifa de pedágio em 11,65%. Este percentual, acima da inflação do período, foi o resultado da inclusão de diversas obras de melhoria na rodovia que serão realizadas nos próximos anos totalizando investimentos da ordem de R\$ 100 milhões em valores de hoje. Entre estas melhorias inclui-se a implantação de passarelas, pontos de ônibus, novos trevos e dispositivos, implantação de balanças fixas, melhorias de pontos críticos entre outros.

Relatório da Administração

Termos de Ajuste de Conduta (“TAC”):

Em outubro de 2014, as concessionárias controladas Autopista Régis Bittencourt S.A., Autopista Litoral Sul S.A., Autopista Fernão Dias S.A. e Autopista Fluminense S.A. celebraram Termos de Ajuste de Conduta “TAC’s”, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início das concessões até 22/09/2014.

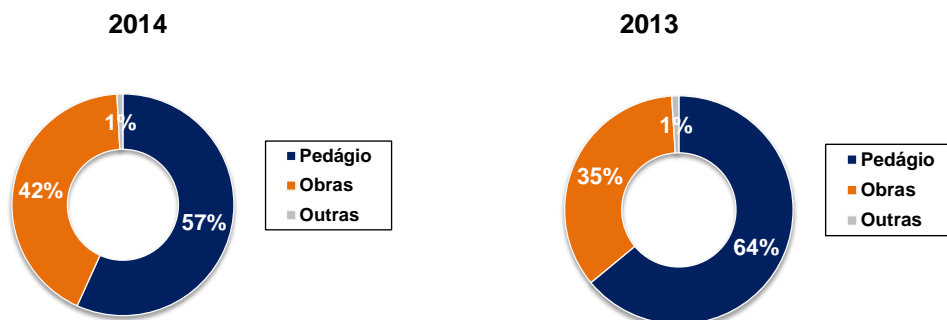
Em decorrência destes termos, as Concessionárias, realizarão o montante equivalente de R\$ 141,3 milhões em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Bruta de Serviços

No exercício social de 2014, a Arteris registrou receita bruta de R\$ 4,2 bilhões, um crescimento de 17,6% em relação ao ano anterior. Este resultado foi impulsionado pela melhora de 5,7% nas receitas com pedágio que foram de R\$ 2,4 bilhões, pela expansão de 39,6% nas receitas de obras em função da aceleração do plano de investimentos nas rodovias federais, totalizando R\$ 1,8 bilhão e também pelo aumento de 9,8% na linha de outras receitas, que totalizaram R\$ 47,1 milhões na comparação anual.

Composição da Receita Bruta de Serviços



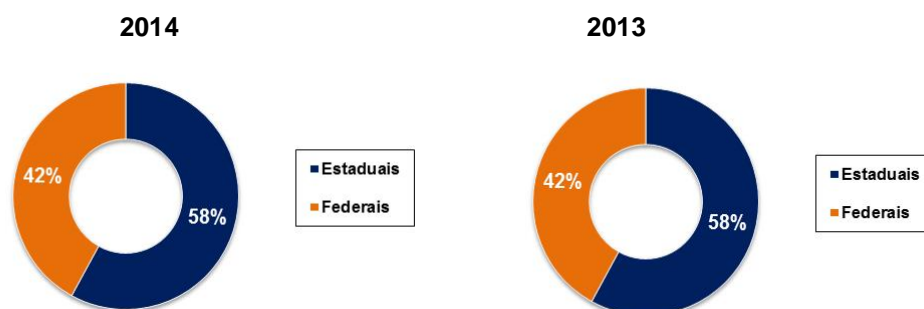
Receita de Pedágio

A combinação de maiores tarifas médias consolidadas (+4,4%) e o crescimento do total de veículos pedagiados (+1,3%) em relação a 2013, foi o que contribuiu para que a receita de pedágio da Companhia ter registrado melhora de 5,7%, com um total de R\$ 2,4 bilhões em 2014.

As concessões estaduais foram responsáveis por 58% deste total e cresceram 6,0% frente a 2013, totalizando R\$ 1,4 bilhão no exercício. Já as rodovias federais tiveram uma melhora de 5,3%, com R\$ 1 bilhão no acumulado do ano.

Relatório da Administração

Composição da Receita de Pedágio



Tráfego Pedagiado: O volume total de tráfego pedagiado da Companhia em 2014, foi de 726.295 mil veículos equivalentes e apresentou crescimento de 1,3% em relação a 2013.

O aumento do volume do tráfego pedagiado em 2014, em um ano em que o país apresentou estagnação econômica, demonstra certa resiliência do setor em momentos de baixo crescimento em função do perfil do setor de transportes no Brasil — gargalos logísticos com concentração do modal rodoviário e rodovias concessionadas como melhor opção frente à malha viária estatal. Por outro lado, a Companhia e o setor já vivenciaram momentos de maior expansão no passado e sentiram um arrefecimento em termos de volume ao longo do último ano na esteira do cenário macroeconômico que o país vem apresentando.

Isto se confirma na análise da evolução do tráfego pedagiado entre veículos leves e pesados ao longo do ano. Enquanto o total de veículos leves apresentou crescimento em praticamente todo o ano ainda suportado pelo nível de renda das famílias e baixas taxas de desemprego, não se pode dizer o mesmo em relação aos pesados, que impactados pela retração na atividade industrial a exemplo do setor automotivo e os efeitos da Copa do Mundo, tiveram sucessivas quedas no decorrer de 2014.

Ainda em relação aos veículos pesados, o crescimento extraordinário apresentado pelas rodovias estaduais no primeiro semestre deveu-se ao início da cobrança dos eixos suspensos* a partir de julho de 2013. Já na segunda metade do ano, quando se passou a ter novamente o volume de veículos equivalentes em bases comparáveis, a queda no total de caminhões tornou-se patente. No caso das federais, as rodovias que apresentaram os piores desempenhos foram justamente aquelas em que o perfil da carga transportada em seus trechos estava diretamente relacionado ao PIB industrial, notadamente a Autopista Régis Bitencourt e Rodovia Fernão Dias.

Especificamente nos casos das Autopistas Planalto Sul (+5,2% na comparação anual) e Litoral Sul (+3,4% na comparação anual), a primeira recebeu no terceiro trimestre do ano veículos de rodovias paralelas que se encontravam com trechos interditados em função de fortes chuvas na região e a segunda apresentou um extraordinário crescimento no segundo semestre em função da reabertura no dia 20 de junho de uma praça de pedágio que estava em processo de transferência de localidade a pedido da ANTT.

* Desde julho de 2013 para compensar o congelamento de tarifas ocorrido naquele ano nas rodovias de São Paulo por determinação do Governo do Estado, foi autorizada a cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados, o que contribuiu para o aumento do volume total de veículos nas concessões estaduais.

Relatório da Admini	Veículos Equivalentes (Mil)	2014	2013	Var%
Estaduais		213.097	206.864	3,0%
Autovias		48.939	47.422	3,2%
Centrovias		58.336	56.233	3,7%
Intervias		66.937	65.479	2,2%
Vianorte		38.885	37.729	3,1%
Federais		513.198	510.233	0,6%
Planalto Sul		30.185	28.704	5,2%
Fluminense		48.653	48.422	0,5%
Fernão Dias		164.275	165.213	-0,6%
Régis Bittencourt		148.263	150.105	-1,2%
Litoral Sul		121.823	117.787	3,4%
Total		726.295	717.096	1,3%

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2014 foi de 63,1% de veículos pesados e 36,9% de veículos leves nas concessões estaduais; e 73,3% de veículos pesados e 26,7% de veículos leves nas concessões federais.

Tarifa Média: Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

Tarifa Média (R\$ / Veic. Equiv.)	2014	2013	Var%
Estaduais	6,66	6,48	2,9%
Autovias	7,01	6,79	3,3%
Centrovias	6,36	6,17	3,1%
Intervias	5,76	5,62	2,5%
Vianorte	8,25	8,03	2,8%
Federais	1,97	1,88	4,6%
Planalto Sul	3,81	3,61	5,6%
Fluminense	3,39	3,28	3,3%
Fernão Dias	1,50	1,40	6,9%
Régis Bittencourt	1,80	1,80	0,0%
Litoral Sul	1,79	1,67	7,4%
Total	3,35	3,21	4,4%

Em 2014, a tarifa média consolidada praticada pela Arteris em suas praças de pedágio foi de R\$ 3,35, o que representou um incremento de 4,4% em relação à tarifa média de 2013.

Depois de um período em que as tarifas das concessões estaduais se mantiveram inalteradas — em 2013 não houve o reajuste anual em atendimento a uma determinação do Governo do Estado de São Paulo — em 1º de julho de 2014 foi concedido o reajuste tarifário para todas as concessões do estado. Porém, de forma unilateral, o Poder Concedente, através da ARTESP, efetuou ajustes nas tarifas de cada concessionária em função dos resultados auferidos pela adição dos eixos suspensos, segundo estudos desenvolvidos pela própria ARTESP. Isto é o que justifica diferentes variações percentuais de tarifas entre as concessões estaduais na comparação entre 2013 e 2014.

A Companhia discordou dos cálculos e metodologia adotados pela ARTESP para a definição das tarifas de 2014 e adotou todas as medidas necessárias para garantir os seus direitos e o

Relatório da Administração

que determina os contratos de concessão. Assim, em 18 de setembro de 2014, a Centrovias obteve liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo para reajustar integralmente suas tarifas de pedágio (6,37% face ao percentual de 5,04% que havia sido aplicado) e as demais concessionárias estaduais continuam buscando a mesma decisão pelas vias judiciais. Desta forma, a tarifa média consolidada de 2014 para as concessões estaduais foi de R\$ 6,66, 2,9% superior à cobrada em 2013.

Já as concessionárias federais, tiveram ao longo de 2014 e do exercício anterior todos os reajustes de tarifas conforme preveem os respectivos contratos de concessão, levando-se em consideração a variação acumulada do IPCA, eventuais reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos e critérios de arredondamento. Os reajustes ocorrem sempre em fevereiro de cada ano para as Autopistas Fluminense e Litoral Sul e em dezembro para as Autopista Fernão Dias, Régis Bittencourt e Planalto Sul. A tarifa média consolidada de 2014 para as concessões federais foi de R\$ 1,97, 4,6% superior à cobrada em 2013.

Ao final de 2014 e início de 2015, a ANTT autorizou a Companhia a incluir no cálculo das tarifas em vigor a partir dos últimos dias de 2014 e para todo o ano de 2015, incrementos adicionais ao repasse integral da inflação de forma a remunerar investimentos adicionais (aditivos) para a melhoria/readequação da infraestrutura das rodovias federais a serem realizados ao longo dos próximos anos. As novas tarifas estão demonstradas na tabela a seguir:

Concessionárias	Tarifa anterior	Nova Tarifa	Var%	Em vigor a partir de
Autopista Fernão Dias	1,50	1,60	6,7%	19/12/2014
Autopista Planalto Sul	3,80	4,10	7,9%	19/12/2014
Autopista Régis Bittencourt	1,80	2,00	11,1%	29/12/2014
Autopista Fluminense	3,40	3,80	11,8%	02/02/2015
Autopista Litoral Sul	1,80	1,90	5,6%	22/02/2015

Meios Eletrônicos: A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 66,4% em 2014, contra 64,0% no ano anterior. Nas concessionárias federais, o percentual médio de receita com cobrança eletrônica foi de 52,5% contra 49,2% em 2013.

Receita de Obras

A receita de obras — representação contábil relacionada aos investimentos da Companhia em seus ativos intangíveis e, portanto sem efeito caixa — cresceu 39,6% em relação a 2013, atingindo R\$ 1,8 bilhão no último exercício. O aumento veio em linha com o crescente ciclo de obras em curso nas rodovias federais.

Outras Receitas

As outras receitas são compostas exclusivamente de receitas acessórias oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas. Em 2014 estas receitas foram de R\$ 47,1 milhões, crescimento de 9,8% em relação ao exercício anterior, o que contou com uma receita extraordinária no valor de R\$ 16,9 milhões registrada na Autopista Fernão Dias em função da cobrança retroativa (desde 2008) pelo uso da faixa de domínio desta concessionária por empresas de telecomunicações (fibra ótica).

Relatório da Administração

Receita Líquida dos Serviços e Deduções da Receita

Influenciada principalmente pelo aumento da receita bruta com pedágio (5,7%) e da receita de obras (+39,6%), além do crescimento proveniente de “outras receitas” (+9,8%), a Companhia apresentou, em relação ao último exercício, crescimento de 19% no total da receita líquida que atingiu de R\$ 4 bilhões em 2014.

As deduções da receita, compostas por tributos como PIS, COFINS e ISS, foram de R\$ 218,2 milhões no exercício.

Custos e Despesas Operacionais

O total de custos e despesas da Companhia em 2014 foi de R\$ 3 bilhões, o que representou um incremento de 23,7% em relação ao ano passado. Porém grande parte desta variação guarda relação com linhas de custos não caixa, como é o caso dos custos com construção que subiram R\$ 498,6 milhões em função de maiores investimentos realizados pela Companhia no período.

Já os custos caixa foram de R\$ 758 milhões, um incremento de 9,9% na comparação anual. Este aumento está relacionado, em grande medida, pela variação da inflação entre os períodos, com impactos, por exemplo, nos custos com pessoal — através dos respectivos dissídios coletivos para todos os funcionários do grupo — e nos reajustes dos contratos de prestação de serviços com terceiros. Adicionalmente, a Companhia ampliou o escopo de operação em suas rodovias, através de um maior número de atendimentos de socorro mecânico e hospitalar aos usuários, início da operação de radares, entre outros — de acordo com o nível de serviço exigido por contrato e por solicitações do próprio poder concedente. É importante também destacar o investimento da Companhia em ações de publicidade, propaganda e reforço de marca ao longo do ano, em linha com suas novas diretrizes estratégicas de fortalecimento da imagem corporativa somado aos esforços de ações de responsabilidade social. Por outro lado, estes aumentos foram parcialmente compensados, pela redução dos valores devidos ao poder concedente — uma vez que as rodovias estaduais passaram a repassar 1,5% da receita bruta de pedágio ao Governo do Estado de São Paulo, ante a 3% em vigor até julho de 2013 — e pela redução nos custos relacionados à remuneração da administração, refletindo alterações na estrutura administrativa da *holding*.

Segue tabela demonstrando a composição dos custos e despesas operacionais:

Custos e Despesas Operacionais (R\$ Mil)	2014	2013	Var%
Serviços de terceiros	(213.728)	(197.894)	8,0%
Pessoal	(219.012)	(211.656)	3,5%
Conservação	(104.936)	(100.807)	4,1%
Verba de fiscalização	(38.773)	(36.689)	5,7%
Custos com Poder Concedente	(22.660)	(32.554)	-30,4%
Seguros e garantias	(25.028)	(21.306)	17,5%
Remuneração da administração	(19.259)	(21.331)	-9,7%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(9.576)	(3.960)	141,8%
Despesas tributárias	(3.755)	(3.146)	19,4%
Outras despesas operacionais, líq.	(101.276)	(60.462)	67,5%
Subtotal (Custo Caixa)*	(758.003)	(689.805)	9,9%
% Custo Caixa/Receita Líquida (ex-construção)	33,5%	32,6%	-1,8 p.p.
Custos dos serviços de construção	(1.757.447)	(1.258.870)	39,6%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(145.463)	(196.030)	-25,8%
Depreciação e Amortização	(344.689)	(285.745)	20,6%
Total	(3.005.602)	(2.430.450)	23,7%

*Excl. Depreciação e Amortização, Custo dos serviços de construção e Provisão p/ manutenção

Relatório da Administração

O resultado operacional da Arteris medido por seu EBITDA registrou um crescimento de 10,1% em relação a 2013 e totalizou R\$ 1,4 bilhão. Esta expansão está associada principalmente ao crescimento das receitas com pedágio entre os períodos e um menor patamar de provisões para manutenção de rodovias. A margem EBITDA* anual foi de 60%, com expansão de 1,8 p.p. em relação à margem EBITDA de 2013.

Já o EBITDA ajustado pela provisão para manutenção de rodovias, que não tem “efeito caixa”, registrou uma melhora de 5,2%, com um total de R\$ 1,5 bilhão e margem* de 66,5% (-1,0 p.p.).

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

EBITDA e EBITDA Ajustado			
(Em milhares de reais)			
	2014	2013	Var%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.018.133	3.377.473	19,0%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(2.660.913)	(2.144.705)	24,1%
EBITDA ¹	1.357.220	1.232.768	10,1%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>60,0%</i>	<i>58,2%</i>	<i>1,8 p.p.</i>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	145.463	196.030	-25,8%
EBITDA Ajustado ²	1.502.683	1.428.798	5,2%
<i>Margem EBITDA Ajustado</i>	<i>66,5%</i>	<i>67,4%</i>	<i>-1,0 p.p.</i>

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01).

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado para 2014 das empresas do Grupo:

Sociedades do Grupo (R\$ mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas*			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustada*
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	315.166	57.995	373.161	(102.103)	(57.995)	(160.098)	213.063	38.173	251.236	79,7%
Centrovias	341.251	6.451	347.702	(100.752)	(6.451)	(107.203)	240.499	38.735	279.234	81,8%
Intervias	356.725	44.798	401.523	(109.299)	(44.798)	(154.097)	247.426	32.597	280.023	78,5%
Vianorte	295.007	24.466	319.473	(63.573)	(24.466)	(88.039)	231.434	4.571	236.005	80,0%
Estaduais	1.308.149	133.710	1.441.859	(375.727)	(133.710)	(509.437)	932.422	114.076	1.046.498	80,0%
Planalto Sul	105.597	197.213	302.810	(66.264)	(197.213)	(263.477)	39.333	3.464	42.797	40,5%
Fluminense	151.099	332.654	483.753	(83.932)	(332.654)	(416.586)	67.167	1.190	68.357	45,2%
Fernão Dias	244.255	242.721	486.976	(150.086)	(242.721)	(392.807)	94.169	14.545	108.714	44,5%
Régis Bittencourt	245.550	435.615	681.165	(123.894)	(435.615)	(559.509)	121.656	6.117	127.773	52,0%
Litoral Sul	206.036	415.534	621.570	(117.168)	(415.534)	(532.702)	88.868	6.071	94.939	46,1%
Federais	952.537	1.623.737	2.576.274	(541.344)	(1.623.737)	(2.165.081)	411.193	31.387	442.580	46,5%
Total Concessionárias	2.260.686	1.757.447	4.018.133	(917.071)	(1.757.447)	(2.674.518)	1.343.615	145.463	1.489.078	65,9%
<i>Arteris Holding</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>2.197</i>	<i>0</i>	<i>2.197</i>	<i>2.197</i>	<i>0</i>	<i>2.197</i>	
<i>Construtoras</i>	<i>0</i>	<i>488.362</i>	<i>488.362</i>	<i>0</i>	<i>(476.955)</i>	<i>(476.955)</i>	<i>11.408</i>	<i>0</i>	<i>11.408</i>	
<i>Outras sociedades e eliminações p/ consolidação</i>	<i>0</i>	<i>(488.362)</i>	<i>(488.362)</i>	<i>11.408</i>	<i>476.955</i>	<i>488.363</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	
Total	2.260.686	1.757.447	4.018.133	(903.467)	(1.757.447)	(2.660.913)	1.357.220	145.463	1.502.683	66,5%

*Exclui depreciação e amortização.

Relatório da Administração

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	2014	2013	Var%
Receitas Financeiras	127.375	61.061	108,6%
Juros Ativos	4.256	983	333,0%
Aplicações Financeiras	122.514	58.468	109,5%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	-	71	-100,0%
Outras Receitas	605	1.539	-60,7%
Despesas Financeiras	(450.073)	(338.824)	32,8%
Encargos Financeiros	(383.045)	(263.120)	45,6%
Atualização do Ônus da Concessão	(22.093)	(28.505)	-22,5%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	(26.958)	(22.713)	18,7%
Outras Despesas	(17.977)	(24.486)	-26,6%
Varição Cambial, liq.	324	(4)	-8200,0%
Resultado Financeiro	(322.374)	(277.767)	16,1%

A Companhia apresentou ao final de 2014 um resultado financeiro negativo de R\$ 322,4 milhões, variação de 16,1% em relação a 2013 que havia registrado saldo negativo de R\$ 277,8 milhões.

Este resultado é proveniente, da combinação dos seguintes fatores:

- Um aumento de R\$ 66,3 milhões (+108,6%) das receitas financeiras em função do aumento das captações ao longo do exercício (emissões de debêntures), o que proporcionou um maior caixa médio aplicado no período, cuja remuneração estava atrelada ao CDI que registrou sucessivas altas no período.
- Um aumento de R\$ 111,2 milhões (+32,8%) nas despesas financeiras, principalmente em função de maiores encargos financeiros (+44,8% ou R\$ 117,9 milhões) associados ao crescimento da alavancagem da Companhia ao longo do ano e ao aumento das taxas dos indexadores de juros da dívida bruta (TJLP, CDI e IPCA).

Lucro Líquido

Em 2014, a Companhia registrou R\$ 456,9 milhões de lucro líquido. Apesar do crescimento da receita líquida (+19%) e do EBITDA (+10,1%) entre exercícios, o lucro sofreu uma ligeira retração de 2% na comparação com 2013, principalmente em função de impactos provenientes da linha do imposto de renda e contribuição social, uma vez que no 4T13, a Companhia registrou um imposto diferido ativo de R\$ 25,0 milhões relativo a despesas pré-operacionais nas concessões federais, o que impactou a comparação do lucro líquido entre os períodos. Se excluirmos este efeito, o lucro líquido de 2014 em relação a 2013 teria apresentado um crescimento de 4,8%.

Também impactou o lucro, itens não caixa, como o aumento das amortizações que subiram 20,6% e a variação de R\$ 44,6 milhões no resultado financeiro líquido entre os períodos.

O lucro consolidado da Companhia difere do lucro contábil individual da Arteris (como empresa controladora do grupo), este último sendo a base para a apuração de dividendos a serem distribuídos aos acionistas. Esta diferença, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, advém

Relatório da Administração

do fato das demonstrações financeiras individuais terem sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Arteris S.A., diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2014, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 4,4 bilhões, com aumento de 42,1% ou R\$ 1,3 bilhão em relação ao exercício anterior.

A dívida líquida no final de 2014 representava 3,1 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses.

Endividamento (Em milhares de reais)	31/12/2014	31/12/2013	Var%
Dívida Bruta	6.052.505	4.124.728	46,7%
Curto Prazo	1.078.249	288.482	273,8%
Longo Prazo	4.974.256	3.836.246	29,7%
Posição de Caixa	1.669.688	1.040.898	60,4%
Caixa e equivalentes de caixa	1.410.451	929.911	51,7%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	259.237	110.987	133,6%
Dívida Líquida	4.382.817	3.083.830	42,1%

¹ Curto e longo prazos

Este aumento de R\$ 1,3 bilhão deveu-se, principalmente, aos movimentos realizados em desembolsos de linhas de crédito do BNDES, e das emissões de novas debêntures, além de pré-pagamentos de operações mais antigas.

Os movimentos citados estão detalhados a seguir:

Empréstimos BNDES: A Arteris conta com recursos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das concessões federais da Companhia. Desta forma, todas as 5 concessionárias federais contam com linhas de financiamento de longo prazo aprovadas, garantindo os recursos necessários para a implantação das principais obras contratuais até o final do período de concessão.

Até 31 de dezembro de 2014 foram desembolsados aproximadamente R\$ 3,2 bilhões referentes a empréstimos do BNDES, de um total contratado de R\$ 3,7 bilhões, restando um saldo a utilizar de R\$ 532 milhões.

Emissões de Debêntures: A tabela a seguir apresenta um resumo das emissões de debêntures da Companhia e suas controladas ao longo de 2014:

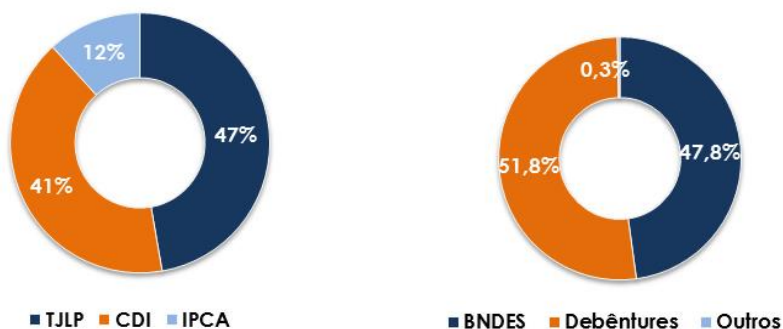
Empresa	Debêntures	Data de emissão	Valor Emitido (R\$ milhões)	Custo	Vencimento	Rating *
Centroviias	2ª Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações	março-14	400.000	CDI + 0,99% a.a.	junho-18	Aa1br (Moody 's)
Intervias	4ª Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações/Série1	outubro-14	150.000	CDI + 1,10% a.a.	outubro-19	Aa1br (Moody 's)
Intervias	4ª Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações/Série2	outubro-14	225.000	IPCA + 5,96% a.a.	outubro-19	Aa1br (Moody 's)
Vianorte	2ª Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações	março-14	150.000	CDI + 0,86% a.a.	março-17	Aa1br (Moody 's)
Fernão Dias	2ª Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações	dezembro-14	100.000	CDI + 1,15% a.a.	junho-16	N/D
Arteris	2ª Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações	outubro-14	300.000	CDI + 1,28% a.a.	outubro-19	AA+ (S&P)

*Escala Nacional

Relatório da Administração

Endividamento Bruto:

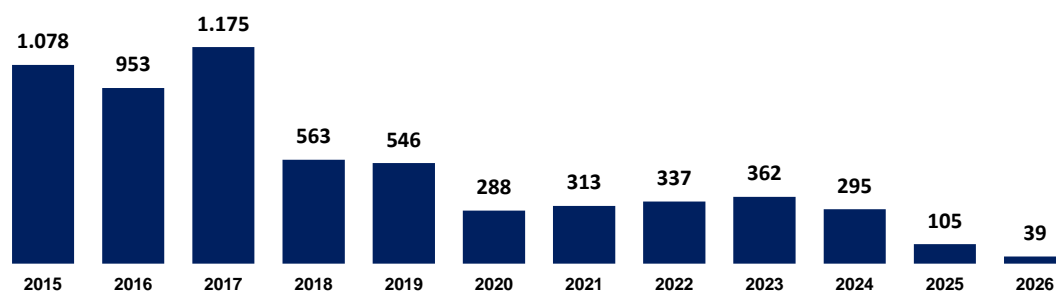
Perfil da Dívida Bruta (%)



Em 31 de dezembro de 2014, a dívida bruta consolidada da Companhia (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 6,1 bilhões, sendo que deste montante 48% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 41% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 12% a contratos atrelados ao IPCA.

A seguir cronograma de amortização do endividamento da companhia:

Cronograma de Amortização – (R\$ milhões)



Ônus Fixo pago ao Poder Concedente

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao poder concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No ano de 2014, as concessionárias estaduais pagaram ao Poder Concedente, R\$ 71,6 milhões a título de ônus fixo.

Manutenção das Rodovias

No ano de 2014, as concessionárias estaduais desembolsaram, como pagamento de manutenções realizadas em suas rodovias, o total de R\$ 96,6 milhões.

É importante destacar que as concessionárias federais ainda não apresentaram desembolso de caixa referente à manutenção. Os primeiros desembolsos significativos com manutenção estão previstos para o ano de 2017.

Relatório da Administração

Investimentos

O ano de 2014 marca o período de maior atividade da Companhia em relação à execução de obras com um investimento recorde anual que atingiu R\$ 1,7 bilhão, valor 39% superior ao registrado em 2013. Deste total, 85,5% foram destinados às concessionárias federais.

As obras mais relevantes no período, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes:

Autopista Fluminense: Ao longo do exercício, a Concessionária manteve o intenso ritmo de obras de duplicação da Rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A obra contempla 176,6 quilômetros da rodovia, dos quais 35,9 quilômetros foram concluídos em 2014. Dos 140,7 quilômetros restantes, 83,1 quilômetros estão em obras. Nestes trechos, foram também finalizados 2 trevos em desnível e mais 6 encontra-se em andamento.

Adicionalmente, a Companhia vem executando, desde outubro de 2012, as obras da Avenida do Contorno no município de Niterói, o que trará importantes melhorias para este trecho da rodovia com a ampliação da capacidade viária.

Além disso, foram construídas ao longo da rodovia 2 passarelas e a conclusão de reforço estrutural e alargamento de 1 ponte.

Autopista Fernão Dias: Após ter concluído em 2013 a implantação do Contorno de Betim (MG), trecho de 8,1 quilômetros, possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que trafegava pelo município, a concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais.

Porém, outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia. Em 2014, a Autopista Fernão Dias concluiu a construção de 3 trevos em desnível, 11 passarelas, 24,7 quilômetros de ruas laterais, 19 quilômetros de 3ª faixas ao longo da rodovia.

Autopista Régis Bittencourt: O projeto da Serra do Cafezal (BR-116/SP), principal obra da concessionária, segue em pleno andamento na execução de suas obras. A companhia já concluiu e liberou ao tráfego 17,9 quilômetros da duplicação, de um total de 30,5 quilômetros do projeto, incluindo 2 trevos em desnível. A ANTT aprovou em dezembro de 2014 o reequilíbrio necessário para a continuidade das obras, contemplando a construção de 4 túneis (3 em andamento) e 33 pontes e viadutos (11 concluídos e 11 em andamento).

Durante 2014, foram também construídos 4 trevos em desnível e concluídas obras de reforço estrutural e alargamento de 6 pontes, a construção de 1 passarela e 6,4 quilômetros de ruas laterais.

Autopista Planalto Sul: A Concessionária tem como principal obra a duplicação de 25,0 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandirituba (PR), que já possui a licença de instalação concedida pelo IBAMA. Deste total, 7,3 km já estão concluídos e liberados ao tráfego, entre Curitiba (PR) e Fazenda Rio Grande (PR) e o restante encontra-se em obras até o município de Mandirituba (PR).

Relatório da Administração

Durante o ano, foi realizado o alargamento de 2 pontes, 2 passarelas foram construídas e; realizadas correções de traçado da pista existente (1 quilômetro) para a melhoria da segurança dos usuários. Além disso, foi construído um trevo e uma rua lateral de 1,8 quilômetros em 2014.

Autopista Litoral Sul: O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014, logo após a emissão da Licença de Instalação pelo IBAMA para um trecho de 14 quilômetros.

Em 2014, a Concessionária também concluiu a construção de 44,3 quilômetros de ruas laterais, 6 passarelas, 28,7 quilômetros de novas 'terceiras faixas' e finalizou o reforço estrutural e alargamento de 11 obras de arte especiais (pontes e viadutos).

Autovias e Vianorte: A Companhia concluiu em dezembro de 2014, através de suas controladas Autovias e Vianorte, as obras de remodelação do dispositivo do acesso principal à cidade de Ribeirão Preto (Trevo Waldo Adalberto da Silveira), no km 307+500 da SP 330 – Rodovia Anhanguera – Entroncamento das SP 333, SP 255 e Avenida Castelo Branco (SPA 307/330). Este empreendimento trouxe o aumento da segurança dos usuários da Rodovia Anhanguera, organizando o tráfego de veículos rodoviários e urbanos na região, também criando vias de acessos a pedestres através de passarelas. A obra foi aditivada ao contrato de concessão e contemplou a construção de 8 viadutos, 20 alças de acesso e retorno e uma passarela de 440 metros, beneficiando mais de 1,5 milhão de pessoas.

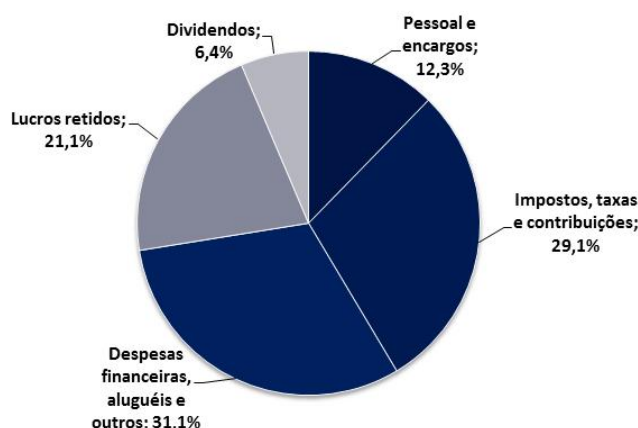
Ainda na Autovias, foi iniciada em setembro de 2014, a duplicação de 13,6 quilômetros da SP 318, entre os quilômetros 235 e 249, na região de São Carlos. Trata-se de uma nova obra, que foi incluída no contrato de concessão, permitindo a extensão do prazo da concessionária em 6 meses, até maio de 2019, de acordo com a metodologia do fluxo de caixa marginal para o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Intervias: Está em andamento em ritmo acelerado a implantação da segunda etapa do contorno viário de Mogi Mirim (5 quilômetros). Adicionalmente, a concessionária está executando a duplicação da SP 147, entre Mogi Mirim e Engenheiro Coelho, obra iniciada em setembro de 2014.

Valor Adicionado

A Arteris gerou em 2014, em termos consolidados, valor adicionado de R\$ 1,7 bilhão, 0,6% superior ao de 2013. Esse valor é resultante das receitas oriundas da prestação de serviços (R\$ 4,2 bilhões), menos custos relativos à concessão e construção, materiais e bens de consumo, serviços de terceiros e depreciação e amortização (R\$ 2,5 bilhões), mais dividendos, juros capitalizados e outras receitas financeiras (R\$ 219,7 milhões).

Distribuição do Valor Adicionado (R\$1,7 bilhão)



Relatório da Administração

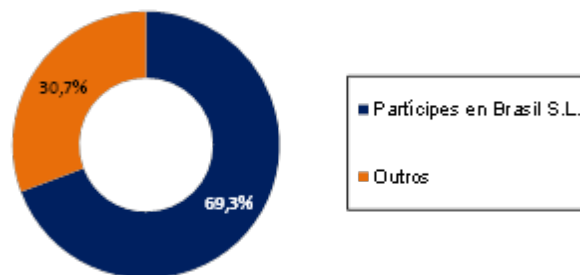
Mercado de Capitais

O valor de mercado da Arteris ao final do ano de 2014 totalizou R\$ 4,3 bilhões, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 12,40 por ação em 30/12/14. Esse preço corresponde a uma desvalorização de 33,2% desde o início do ano. No mesmo período, o Índice Ibovespa apresentou desvalorização de 0,7%. Negociadas sob o código ARTR3, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e movimentaram cerca de R\$ 1,7 bilhão no ano de 2014.

Composição Acionária

As ações da Arteris fazem parte das carteiras teóricas dos índices: IBrX – Índice Brasil, IGC – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, ITAG – Índice de Ações com Tag Along Diferenciado, MLCX – Índice Mid Large Cap, IBRA – Índice Brasil Amplo, IGCT – Índice de Governança Corporativa Trade.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 873,8 milhões em 31 de dezembro de 2014, representado por uma única classe de 344.444.440 ações ordinárias.



Dividendos

Os acionistas têm direito a receber, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em relação ao lucro apurado no exercício de 2013, a Companhia efetuou pagamento de R\$ 123,6 milhões aos seus acionistas no dia 08 de maio de 2014. Este montante representou um *pay-out* de 50% quando somado aos dividendos intermediários no valor de R\$ 79,2 milhões distribuídos em 12 de dezembro de 2013, também referente ao exercício de 2013.

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de outubro de 2014, foi deliberado o pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 79,2 milhões que foram pagos aos acionistas da Companhia no dia 28 de novembro de 2014, o que representou R\$ 0,23 por ação. O valor será imputado integralmente ao dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído em referência ao exercício de 2014.

Relatório da Administração

Profissionais

A Arteris conta com 6.499 profissionais em seu quadro de pessoal, dos quais 43,1% estão alocados nas concessionárias federais, 20,9% nas estaduais, 33,7% nas construtoras do grupo e o restante, ou 2,3% em sua *holding*, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Quadro de Pessoal	2014	2013	Var. %
Arteris (Holding)	149	126	18,3%
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.356	1.315	3,1%
Autovias	302	206	46,6%
Centrovias	283	314	-9,9%
Intervias	519	534	-2,8%
Vianorte	252	261	-3,4%
<i>Concessionárias Federais</i>	2.804	2.708	3,5%
Litoral Sul	595	562	5,9%
Planalto Sul	264	262	0,8%
Fluminense	438	403	8,7%
Fernão Dias	874	851	2,7%
Régis Bittencourt	633	630	0,5%
Latina Manutenção	2.017	2.481	-18,7%
Latina Sinalização	173	174	-0,6%
Total	6.499	6.804	-4,5%
Rotatividade	5,38%	4,11%	

Responsabilidade Social e Ambiental - Sustentabilidade

A Arteris é uma empresa focada em desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento dos municípios lindeiros, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A companhia desenvolve diversos programas focados em reduzir acidentes nas rodovias sob concessão, assim como promover educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.

Os programas desenvolvidos pela Arteris, são:

Segurança

A companhia possui a meta de reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema – Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. A companhia mantém o GERAR – Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por estabelecer estudos e planos de ação, para reduzir o número de acidentes. Em setembro de 2014, foi realizado o 1º Mês da Segurança Arteris, iniciativa voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade em geral sobre a importância de uma atitude consciente no trânsito. A iniciativa foi encerrada com o 1º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras do Estado de São Paulo e Federal, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Rodoviária Federal, instituições de pesquisa, OMS (Organização Mundial da Saúde), e organizações não governamentais.

Relatório da Administração

Educação

A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A companhia desenvolve o Projeto Escola, que prepara professores da rede pública para atividades com alunos de 1º e 2º graus, sobre segurança no trânsito. A mesma estratégia de abordagem é aplicada para a preparação desses profissionais sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

O Projeto Escola é uma iniciativa de educação reconhecida pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

Saúde

O Programa “Viva Saúde” já beneficiou quase 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O motivo é que esses profissionais de transporte nem sempre possuem condições de realizar os cuidados com a saúde. Assim, o programa favorece uma abordagem preventiva e que estimula a qualidade de vida e as boas práticas.

Meio Ambiente

A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da companhia, objetivo este buscado por meio de controle de emissões e do uso racional de recursos naturais, assim como por programas envolvendo populações do entorno da rodovia. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo por meio do qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Focando a preservação das áreas próximas às rodovias, a Arteris desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas para prevenir acidentes nas rodovias envolvendo animais. Além disso, faz controle e reciclagem do lixo; possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna; adota postura responsável com a utilização de cisternas para coleta de água de chuva em todas as suas bases operacionais, em prol da preservação da água.

Cultura e Esporte

O apoio a projetos esportivos e culturais relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da companhia, ao lado da promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a promoção no Brasil de exposição de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais visitada no mundo, e mais completa já vista no Brasil do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. A companhia também promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar à exposição crianças e adultos que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

Voluntariado

O público interno da companhia é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos por meio do Programa Voluntários. Desta forma, a empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais. Ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios e fortalece a imagem da Arteris.

Relatório da Administração

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

Considerações Finais

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03, a Companhia informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, não contratou a BDO RCS Auditores Independentes S.S. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Arteris S.A. declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015.

Diretoria

David Antonio Díaz Almazán
Diretor Presidente

Felipe Ezquerria Plasencia
Diretor Vice Presidente Administrativo Financeiro

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Angelo Luiz Lodi
Diretor

Paulo Pacheco Fernandes
Diretor

Relatório da Administração

Conselho de Administração

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
Presidente do Conselho

Benjamin Michael Vaughan
Conselheiro

David Antonio Díaz Almazan
Conselheiro

Francisco José Aljaro Navarro
Conselheiro

Francisco Miguel Reynés Massanet
Conselheiro

Lluíz Deulofeu Fuguet
Conselheiro

Luiz Ildelfonso Simões Lopes
Conselheiro

Marta Casas Caba
Conselheira

Marcos Pinto Almeida
Conselheiro

Pedro Wongtschowski
Conselheiro Independente

Sérgio Silva de Freitas
Conselheiro Independente

Notas Explicativas

ARTERIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Arteris S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.455 - 9º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As demonstrações financeiras da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como "o Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços.
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil.
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral.
- Exploração direta e/ou por meio de consórcios de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a parcerias público privadas, autorizações, permissões e concessões.
- Exploração de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de transporte em geral.
- Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015.

Notas Explicativas

2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de dezembro de 2014, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais, conforme demonstrado a seguir:

Concessionárias estaduais

- Autovias S.A. ("Autovias")

A Autovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2. Iniciou suas operações em 1º de setembro de 1998, com o objetivo exclusivo de realizar, sob o regime de concessão até 31 de agosto de 2018, a exploração da malha rodoviária de ligação entre Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro e respectivos acessos, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97/Lote 10.

A Autovias acordou junto à Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP ("ARTESP") a inclusão, no contrato de concessão, de uma nova obra de 14 quilômetros de duplicação da SP 318, entre os km 253 e 249. A inclusão das obras no contrato e o seu reequilíbrio econômico-financeiro serão realizados por meio da metodologia de Fluxo de Caixa Marginal, cujo reequilíbrio se dará com a extensão do prazo de concessão do contrato da Sociedade estimada por 6 meses.

A Autovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Obras

Na SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant'anna:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 2,8 e o km 48,35;
- Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre o km 48,35 e o km 77.

Na SP 318 - Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior:

- Implantação de faixas adicionais do km 257,8 ao km 280.

Na SP 330 - Rodovia Anhanguera:

- Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,2 km).

Na SP 334 - Rodovia Cândido Portinari:

- Complementação da duplicação no trecho entre o km 322 e o km 337;

Notas Explicativas

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 337 e o km 348;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 358 e o km 395,5.

Na SP 345 - Rodovia Engenheiro Ronan Rocha:

- Implantação da 2ª pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre o km 10 e o km 36;
- Implantação de vias marginais entre o km 30 e o km 35, do lado direito, e entre o km 33 e o km 35, do lado esquerdo.

- Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Centrovias")

A Centrovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luis, km 216,8, Pista Sul. Iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos a Cordeirópolis, de Itirapina a Jaú, e de Jaú a Bauru.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

A Centrovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Obras

Na SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 91 + 429 e o km 177 + 400;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 183 + 850 e o km 235 + 040.

Notas Explicativas

- Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Intervias”)

A Intervias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Foi constituída em 28 de maio de 1999, iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira e São Carlos - Lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, dos serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028 (335 meses).

A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Obras

Na SP 147 - Rodovia Engenheiro João Tosello

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi-Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi-Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

Na SP 191 - Rodovia Wilson Finardi

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido do km 43,8 ao km 44,9 (Mogi-Mirim/Araras), do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera) e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras/Rio Claro).

Na SP 352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o Estado de Minas Gerais).

Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera - Contorno Rodoviário de Araras

- De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3ª readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foi construído um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do Km

Notas Explicativas

165.225 da SP 330 - Rodovia Anhanguera até o Km 42,300 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi.

- Vianorte S.A. ("Vianorte")

A Vianorte é uma sociedade por ações domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Atílio Balbo, km 327,5. Iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 009/CIC/97 - Lote 05, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até março de 2018, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP 330 Rodovia Anhanguera, SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP 328 Rodovia Alexandre Balbo/Contorno Norte de Ribeirão Preto e SP 325/322 - Avenida dos Bandeirantes.

A Vianorte assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Obras

SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira

- Duplicação do trecho entre o km 343 + 500 e o km 390 + 500 - Sertãozinho/ Bebedouro;
- Duplicação do trecho entre o km 307 + 500 e o km 325 + 910 - Contorno Viário Sul;
- Construção de dispositivos de acessos/retornos;
- Construção de passarelas entre o km 334 + 860 e o km 337 + 790 - Sertãozinho;
- Construção de marginais entre o km 333 + 160 e o km 343 + 480;
- Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 no km 325 + 910 (entroncamento);
- Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa no km 345 + 100.

SP 328 Rodovia Alexandre Balbo

- Duplicação do trecho entre o km 323+130 ao Km 337+010;
- Construção de dispositivos nos km 326+220 / 330+720 / 334+710 / 335+160 - passagem superior (PSU).

SP 330 Rodovia Anhanguera

- Construção de passarela no km 380 - São Joaquim da Barra;
- Construção do posto de suporte ao usuário em Orlândia no km 366 + 150;
- Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319 + 650.

Notas Explicativas

SP 325/322 - Avenida dos Bandeirantes - Ribeirão Preto

- Construção de passarela km 8 + 550;
- Construção de galeria de aço km 6 + 400;
- Construção de dispositivo km 8 + 300.

Em decorrência desses contratos de concessão, as concessionárias estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito de outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica "Credores pela concessão", conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e nº 15, respectivamente.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo - TAM em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entraram em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do Secretário Estadual de logística e transportes, que foi aprovada em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente a partir de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013, foi publicada no Diário Oficial do Estado deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. O Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013, com exceção aos pagamentos efetuados em novembro de 2013 e sugere medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão. Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente.

Notas Explicativas

Excepcionalmente nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E. de 27 de julho de 2013, processo Nº 015.147/2013 e protocolo nº 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da ARTESP prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro de 2013 referente à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste em 5,17% para a Autovias, 5,04% para Centrovias, 4,67% para a Intervias e 5,58% para a Vianorte que não correspondeu à variação do IPCA do período. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do governo do estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Em 19 de setembro de 2014, a Centrovias obteve liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo para reajustar integralmente suas tarifas de pedágio. O índice de reajuste a ser aplicado é de 6,37% e está de acordo com a variação acumulada do IPCA registrada no exercício de junho de 2013 até maio de 2014. O reajuste das tarifas ocorreu a partir da 0h desta data.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Os valores referentes a 31 de dezembro de 2014 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

31.12.2014

<u>Natureza dos custos</u>	<u>Autovias</u>	<u>Centrovias</u>	<u>Intervias</u>	<u>Vianorte</u>	<u>Total</u>
	Previsão de 2015 a 2018	Previsão de 2015 a 2019	Previsão de 2015 a 2028	Previsão de 2015 a 2018	
Melhorias na infraestrutura	121.544	42.152	454.661	5.694	624.051
Conserva especial	<u>178.278</u>	<u>97.309</u>	<u>187.983</u>	<u>86.061</u>	<u>549.631</u>
	<u>299.822</u>	<u>139.462</u>	<u>642.644</u>	<u>91.755</u>	<u>1.173.682</u>

31.12.2013

<u>Natureza dos custos</u>	<u>Autovias</u>	<u>Centrovias</u>	<u>Intervias</u>	<u>Vianorte</u>	<u>Total</u>
	Previsão de 2014 a 2018	Previsão de 2014 a 2019	Previsão de 2014 a 2028	Previsão de 2014 a 2018	
Melhorias na infraestrutura	73.352	17.442	436.753	25.000	552.547
Conserva especial	<u>242.170</u>	<u>168.498</u>	<u>279.406</u>	<u>149.200</u>	<u>839.274</u>
	<u>315.522</u>	<u>185.940</u>	<u>716.159</u>	<u>174.200</u>	<u>1.391.821</u>

A segregação das estimativas de investimentos foi elaborada conforme mencionado na nota explicativa nº3 "Momento de reconhecimento do ativo intangível".

As concessionárias estaduais, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer à necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Concessionárias Federais

- Autopista Planalto Sul S.A. ("Planalto Sul")

A Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Avenida Afonso Petschow, 4.040 - Bairro Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

Notas Explicativas

A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia;
 - 48,3 km de terceira faixa;
 - 10,2 km de vias laterais;
 - Construção de 9 passarelas;
 - Construção de 5 praças de pedágio;
 - Construção de 9 bases de serviços operacionais - BSO's;
 - Implantação e reforma de postos de pesagem;
 - Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Fluminense S.A. ("Fluminense")

A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo, 100 - Unidade 101. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252 - RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação da rodovia;
- 3,8 km de vias laterais;
- 28,3 km de variantes e contornos;
- Construção de 17 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 7 bases de serviços operacionais - BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Notas Explicativas

- Autopista Fernão Dias S.A. ("Fernão Dias")

A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR-381, km 850,5, Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR 381 - MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, contado a partir de 15 de fevereiro de 2008, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa;
- 94,26 km de vias laterais;
- 8,3 km de variantes/contornos;
- Construção de 50 passarelas;
- Construção de 8 praças de pedágio;
- Construção de 12 bases de serviços operacionais - BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

- Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Régis Bittencourt")

A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rodovia SP 139, nº 216. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A

Notas Explicativas

concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia;
 - 30 km de terceira faixa;
 - 55 km de vias laterais;
 - 26,4 km de variantes e contornos;
 - Construção de 51 passarelas;
 - Construção de 6 praças de pedágio;
 - Construção de 9 bases de serviços operacionais - BSO's;
 - Implantação e reforma de postos de pesagem;
 - Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Litoral Sul S.A. ("Litoral Sul")

A Litoral Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Rua Ministro Calógenas, 343. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa;
- 79,7 km de vias laterais;
- 94,7 km de variantes e contornos;
- Construção de 39 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais - BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Notas Explicativas

Em 24 de abril de 2013 foi assinado aditivo contratual onde estende a cobertura de concessão em 23,64 km e promove a alteração da localização da praça de pedágio P5 situada no km 220 para o km 243 ambos no município de Palhoça/SC.

Em 17 de junho de 2013 a ANTT publicou a Resolução nº 4.122 de 12 de junho de 2013, que trata das questões relativas à transferência dessa praça de pedágio.

Considerando que o atraso na obtenção do licenciamento ambiental impediu a execução das obras necessárias para a transferência da Praça de Pedágio, a resolução aprovou a suspensão da cobrança de pedágio pelo período de 1 (um) ano, entre 22 de junho de 2013 e 22 de junho de 2014, ou até que seja efetivada a sua transferência para a nova localização. Em 20 de junho de 2014 ocorreu a efetiva mudança e conseqüentemente o início da cobrança pedágio.

A suspensão da cobrança da praça de pedágio P5 não teve impacto material nas receitas consolidadas da Sociedade (Arteris S.A.), sendo que as demais praças de pedágio da concessionária Litoral Sul permaneceram atuando normalmente, sem alterações de cunho operacional ou tarifário.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro no caso da Fluminense e da Litoral Sul e no mês de dezembro no caso da Planalto Sul, da Fernão Dias e da Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo ou variável.

Os principais compromissos firmados pelas concessionárias federais decorrentes dos contratos de concessão são:

- Recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos

Notas Explicativas

das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

<u>Concessionária</u>	<u>Valor anual</u>	<u>Valor remanescente no período da concessão</u>
Planalto Sul	1.846	33.536
Fluminense	2.665	48.414
Fernão Dias	7.916	143.807
Régis Bittencourt	8.436	153.254
Litoral Sul	<u>6.424</u>	<u>116.703</u>
	<u>27.287</u>	<u>495.714</u>

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- As concessionárias federais devem assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- As concessionárias federais assumem integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- As concessionárias federais assumem integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- As concessionárias federais assumem integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- Os estatutos sociais das concessionárias federais previam a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- As concessionárias federais devem apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do contrato de concessão. Os valores de 31 de dezembro de 2014 poderão ser alterados

Notas Explicativas

em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

31.12.2014						
Natureza dos custos	Previsão de 2015 a 2033					Total
	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	
Melhorias na infraestrutura	438.435	1.165.844	469.491	1.399.384	769.578	4.242.732
Recuperações/Manutenções	<u>249.832</u>	<u>372.845</u>	<u>762.749</u>	<u>602.465</u>	<u>541.865</u>	<u>2.529.755</u>
Total	<u>688.267</u>	<u>1.538.689</u>	<u>1.232.240</u>	<u>2.001.849</u>	<u>1.311.442</u>	<u>6.772.487</u>

31.12.2013						
Natureza dos custos	Previsão de 2014 a 2033					Total
	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	
Melhorias na infraestrutura	197.339	522.353	408.175	1.040.178	598.565	2.766.610
Recuperações/Manutenções	<u>326.037</u>	<u>399.893</u>	<u>715.231</u>	<u>592.386</u>	<u>619.199</u>	<u>2.652.746</u>
Total	<u>523.376</u>	<u>922.246</u>	<u>1.123.406</u>	<u>1.632.564</u>	<u>1.217.764</u>	<u>5.419.356</u>

A segregação das estimativas de investimentos foi elaborada conforme mencionado na nota explicativa nº3 "Momento de reconhecimento do ativo intangível".

As controladas Regis Bittencourt, Litoral Sul, Fernão Dias e Fluminense em conjunto denominadas "Concessionárias", celebraram, "Termos de Ajuste de Conduta-TACs", com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela Agência, desde o início das concessões até 22/09/2014.

Em decorrência da assinatura destes termos de ajuste, as Concessionárias, realizarão o montante equivalente à R\$141,3 milhões em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, nas rodovias objeto de suas concessões, assim distribuídos:

Fernão Dias R\$28,2 milhões, Fluminense R\$31,2 milhões, Régis Bitencourt R\$29 milhões e Litoral Sul R\$ 52,9 milhões.

A Sociedade está definindo junto a ANTT as obras que farão parte deste termo e, assim que definidos, estes investimentos serão avaliados com base em laudo de peritos independentes para que seja determinado o momento do reconhecimento do ativo intangível entre dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

Quanto à controlada Planalto Sul, a Sociedade informa que continua com as negociações para firmar nos próximos meses, em condições semelhantes, um TAC

Notas Explicativas

com a ANTT, mas segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para IFRS, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, essas demonstrações individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem o reconhecimento de ativo diferido no resultado, quando incorrido.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos Contratos de Concessão, segregando principalmente os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura.

Notas Explicativas

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras às controladas pela Arteris. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade e por suas controladas na elaboração das demonstrações financeiras são:

Notas Explicativas

- Base de consolidação
- Combinações de negócios
- Aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve transações qualificadas como combinação de negócios.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009

Como parte da transição para as IFRS e os CPC, a Sociedade optou por não reapresentar as combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o direito de outorga incorporado representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Esse direito de outorga incorporado foi alocado como parte do ativo intangível da concessão e é amortizado pelos critérios descritos na nota explicativa nº 4.4.

Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas correspondem aos saldos da Sociedade e de suas controladas, em que a participação direta ou indireta é de 100% do capital votante, e estão apresentadas a seguir. Na consolidação foram eliminados os investimentos nas controladas, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas entre as empresas consolidadas.

A lista a seguir apresenta as participações nas controladas incluídas na consolidação:

<u>Controlada</u>	Capital total/votante	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Autovias	100%	100%
Centrovias	100%	100%
Intervias	100%	100%
Vianorte	100%	100%
Planalto Sul	100%	100%
Fluminense	100%	100%
Fernão Dias	100%	100%
Régis Bittencourt	100%	100%
Litoral Sul	100%	100%
Paulista Gerenciamento (c)	-	100%
Latina Manutenção (a)	100%	100%
Latina Sinalização (b)	100%	100%

- (a) A Latina Manutenção, constituída em 2005, é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, e têm por objetivo a conservação e a exploração de atividades de construção, administração e manutenção de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade.

Notas Explicativas

- (b) A Latina Sinalização, constituída em 2008, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 tem por objetivo a prestação de serviços de implantação e de sinalização viária e serviços correlatos. As operações da Latina Sinalização iniciaram-se durante o primeiro trimestre de 2009.
- (c) Em 14 de abril de 2014 foi aprovada a incorporação da Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. ("Paulista") pela Latina Manutenção.

A Sociedade possui também 4,68% do capital da STP - Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema de cobrança eletrônica de pedágio em âmbito nacional e é registrada pelo custo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

O contexto operacional de cada uma das concessionárias de rodovias, os principais compromissos e outras informações estão divulgados na nota explicativa nº 2.

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria "empréstimos e recebíveis", descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

Notas Explicativas

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário, debêntures e cotas de fundos de investimentos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

4.3. Ativo diferido

O pronunciamento técnico CPC 43 (R1) - Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a CPC 41 determina que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, esses saldos foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas para ajustá-las às normas internacionais (IFRS).

Notas Explicativas

4.4 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura das concessões estaduais, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporado no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.5. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Notas Explicativas

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.6 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.7 Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº 15.

As controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte ajustam a valor presente o saldo da rubrica "Credores pela concessão", registrado no passivo, circulante e não circulante, com base nas taxas médias de

Notas Explicativas

encargos financeiros contratados na época em que as transações originaram-se.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica "Intangível", na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pelo transcorrer do prazo.

d) Obrigação com o direito de exploração

Correspondem às obrigações decorrentes do direito de uso e exploração da mina de granito e gnaisse conforme o contrato de exploração. Essas obrigações referem-se, preponderantemente às parcelas fixas contabilizadas pelo valor original do contrato, ajustadas a valor presente, a partir do início do contrato de exploração à taxa de 5% ao ano, acrescidas de atualização monetária e juros incorridos até a data dos balanços. A taxa utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente foi definida pela Administração com base nas taxas médias de juros da captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi registrada na rubrica "Direito da exploração" no intangível. A reversão do ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pelo transcorrer do prazo.

4.8 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada para cada empresa individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.9 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos efetuados pela Sociedade na figura de arrendatária, nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

4.10 Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade e de suas controladas. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.

Notas Explicativas

4.11 Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Credores da concessão: decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve

Notas Explicativas

ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para investimentos em rodovias - real	100.002	70.738
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	<u>98.280</u>	<u>68.489</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.722</u>	<u>2.249</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	99.089	72.784
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>95.258</u>	<u>71.043</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>3.831</u>	<u>1.741</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	76.389	72.229
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>74.452</u>	<u>70.299</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.937</u>	<u>1.930</u>
 <u>Não circulante</u>		
Provisão para investimentos em rodovias - real	30.220	51.062
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	<u>26.120</u>	<u>43.151</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>4.100</u>	<u>7.911</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	526.111	480.635
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>443.244</u>	<u>401.395</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>82.867</u>	<u>79.240</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	182.525	248.025
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>163.048</u>	<u>216.540</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>19.477</u>	<u>31.485</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.12 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão

Notas Explicativas

das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.13 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.14 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na Nota explicativa nº17.

4.15 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição

Notas Explicativas

dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.16 Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em [31 de dezembro de 2014]. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 - Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornece as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 - Combinações de negócios.	(1)
Alterações a IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações a IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações a IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(1)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. Revisão em 2014 contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(2)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros		(3)

(1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;

(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;

(3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade - CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	83	1.138	17.928	18.417
Aplicações financeiras (*)	<u>109.433</u>	<u>184.304</u>	<u>1.392.523</u>	<u>911.494</u>
Total	<u>109.516</u>	<u>185.442</u>	<u>1.410.451</u>	<u>929.911</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDB	-	-	12.890	8.191
Debêntures compromissadas	-	-	129.714	35.524
Fundos de investimentos	<u>109.433</u>	<u>184.304</u>	<u>1.249.919</u>	<u>867.779</u>
Total	<u>109.433</u>	<u>184.304</u>	<u>1.392.523</u>	<u>911.494</u>

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,42% da variação do CDI no exercício.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	137.923	119.714
Cupons de pedágio a receber	4.302	4.893
Cartões de pedágio a receber	937	880
Receitas acessórias a receber	<u>10.900</u>	<u>1.222</u>
	<u>154.062</u>	<u>126.709</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24c.

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2014. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	91.692	36.787
Provisão de participação nos lucros	13.632	11.248
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	11.233	9.588
Direito de concessão incorporado (c)	(19.152)	(20.916)
Ágio incorporado da SPR (d)	5.078	11.849
Provisão para manutenção (adoção Lei 12.973)	58.495	-
Ajuste dos encargos financeiros (adoção Lei 12.973)	144	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (e)		
Provisão para manutenção	355.554	329.469
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	5.572	116.215
Ajuste dos encargos financeiros	18.066	11.425
Estorno de capitalização de juros	<u>653</u>	<u>536</u>
Base de cálculo	<u>540.901</u>	<u>506.201</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>183.906</u>	<u>172.108</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo não circulante		
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	(83.773)	(9.678)
Provisão de participação nos lucros	(4.839)	(4.402)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	(3.965)	(1.985)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (e)		
Provisão para manutenção	(124.453)	(99.276)
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	487.601	354.111
Ajuste dos encargos financeiros	(4.282)	(13.897)
Estorno de capitalização de juros	<u>(719)</u>	<u>(384)</u>
Base de cálculo	<u>265.570</u>	<u>224.489</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>90.294</u>	<u>76.326</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL

Notas Explicativas

do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

(d) Crédito decorrente do processo de incorporação da SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A., antiga controladora da Vianorte, constituído sobre a parcela do ágio amortizado pela SPR no período de dezembro de 2006 a setembro de 2010, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

(e) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS.

A Sociedade possui créditos fiscais, mas que não estão sendo constituídos devido ser uma holding e não gerar resultado tributável.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e de suas controladas traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Ativo não circulante	
2015	8.595
2016	50.103
2017	47.662
2018	30.335
2019	20.099
Após 2020	<u>27.112</u>
	<u>183.906</u>
Passivo não circulante	
2015	307
2016	3.757
2017	3.914
2018	4.079
2019	13.843
Após 2020	<u>64.394</u>
	<u>90.294</u>

Notas Explicativas

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

As controladas da Sociedade mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, as controladas da Sociedade vêm retendo/depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, essas aplicações foram remuneradas em média 96,20% da variação do CDI.

BNDES

As concessionárias federais devem depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, entre 43% e 58% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

As controladas federais da Sociedade devem manter depositado em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Em 31 de dezembro de 2014, essas aplicações foram remuneradas em média a 98,90% da variação do CDI.

Os valores dessas aplicações são como segue:

	<u>Consolidado</u>			
	<u>31.12.2014</u>		<u>31.12.2013</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Debêntures	174.377	55	47.383	-
BNDES	-	<u>84.805</u>	-	<u>63.604</u>
	<u>174.377</u>	<u>84.860</u>	<u>47.383</u>	<u>63.604</u>

Notas Explicativas**9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS**

Os saldos dos investimentos em controladas são representados como seguem:

	31.12.2014						
	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Participação capital (%)</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Ativo Total</u>	<u>Passivo Total</u>	<u>Receita Líquida</u>	<u>Lucro / (Prejuízo)</u>
Autovias	125.040.451	100%	190.949	842.537	651.588	373.161	99.861
Centrovias	101.483.834	100%	147.612	855.392	707.780	347.702	120.223
Intervias	4.352.285	100%	198.975	1.353.720	1.154.745	401.525	142.876
Vianorte	1.132.038	100%	170.760	684.850	514.090	319.473	96.075
Planalto Sul	242.629.494	100%	228.386	812.520	584.134	302.810	(8.150)
Fluminense	160.011.942	100%	285.494	1.250.036	964.542	483.753	11.221
Fernão Dias	340.732.128	100%	315.293	1.617.465	1.302.172	486.973	(15.472)
Régis Bittencourt	209.396.514	100%	519.179	1.774.947	1.255.768	681.165	17.953
Litoral Sul	252.630.712	100%	341.759	1.452.849	1.111.090	605.919	(216)
Paulista (*)	500.000	100%	-	-	-	-	(42)
Latina Manutenção (*)	2.113.205	100%	43.501	115.603	72.102	453.444	(801)
Latina Sinalização (*)	250.000	100%	15.084	18.529	3.445	34.918	3.690

(*) Cotas.

	31.12.2013						
	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Participação capital (%)</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Ativo Total</u>	<u>Passivo Total</u>	<u>Receita Líquida</u>	<u>Lucro / (Prejuízo)</u>
Autovias	125.040.451	100%	188.769	797.907	609.138	334.581	92.099
Centrovias	101.483.834	100%	147.038	533.159	386.121	323.841	112.163
Intervias	4.352.285	100%	200.863	948.406	747.543	356.157	138.783
Vianorte	1.132.038	100%	155.386	590.051	434.665	293.167	67.381
Planalto Sul	159.417.665	100%	156.536	631.060	474.524	218.081	(6.446)
Fluminense	105.745.395	100%	182.723	823.129	640.406	414.839	17.749
Fernão Dias	298.681.400	100%	290.765	1.289.290	998.525	480.470	(6.174)
Régis Bittencourt	138.326.717	100%	343.814	1.333.606	989.792	499.596	32.317
Litoral Sul	190.854.749	100%	259.232	1.067.530	808.298	458.105	11.547
Paulista (*)	500.000	100%	1.905	8.940	7.035	-	(132)
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	42.439	119.157	76.718	474.571	2.374
Latina Sinalização (*)	250.000	100%	18.394	21.974	3.580	43.704	4.495

(*) Cotas.

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	Saldos em 31.12.2013	Incorporação da Paulista pela Latina Manutenção	Aporte de capital	Juros sobre o capital próprio/ dividendos	Equivalência patrimonial do exercício	Saldos em 31.12.2014
Autovias	188.769	-	-	(97.681)	99.861	190.949
Centrovias	147.038	-	4.980	(124.629)	120.223	147.612
Intervias	200.863	-	-	(144.764)	142.876	198.975
Vianorte	155.386	-	-	(80.701)	96.075	170.760
Planalto Sul	156.536	-	80.000	-	(8.150)	228.386
Fluminense	182.723	-	94.215	(2.665)	11.221	285.494
Fernão Dias	290.765	-	40.000	-	(15.472)	315.293
Régis Bittencourt	343.814	-	161.676	(4.264)	17.953	519.179
Litoral Sul	259.232	-	82.743	-	(216)	341.759
Paulista	1.905	(1.863)	-	-	(42)	-
Latina Manutenção	42.440	1.863	-	-	(801)	43.501
Latina Sinalização	18.394	-	-	(7.000)	3.690	15.084
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	-	1.034
Outros investimentos	19	-	-	-	-	19
Total	<u>1.988.918</u>	<u>-</u>	<u>463.614</u>	<u>(461.704)</u>	<u>467.218</u>	<u>2.458.045</u>

Em 14 de abril de 2014 foi aprovada a incorporação da Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. ("Paulista") pela Latina Manutenção de Rodovias Ltda. ("Latina Manutenção"), ambas as sociedades controladas pela Arteris. A incorporação da Paulista pela Latina Manutenção integra projeto de reorganização societária do grupo, o qual visa à melhor organização das suas atividades, ao aumento de eficiência econômica e ganho de sinergias, diminuição de custos operacionais e financeiros e simplificação da estrutura societária.

A movimentação dos saldos de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Saldo em 31.12.2012	Aporte de capital	Juros sobre o capital próprio/ dividendos	Equivalência patrimonial do exercício	Saldos em 31.12.2013
Autovias	173.743	-	(77.073)	92.099	188.769
Centrovias	120.476	2.121	(87.722)	112.163	147.038
Intervias	190.702	-	(128.622)	138.783	200.863
Vianorte	123.902	-	(35.897)	67.381	155.386
Planalto Sul	162.982	-	-	(6.446)	156.536
Fluminense	119.083	50.106	(4.215)	17.749	182.723
Fernão Dias	256.939	40.000	-	(6.174)	290.765
Régis Bittencourt	257.830	61.342	(7.675)	32.317	343.814
Litoral Sul	247.035	3.391	(2.741)	11.547	259.232
Paulista	2.037	-	-	(132)	1.905
Latina Manutenção	40.066	-	-	2.374	42.440
Latina Sinalização	13.899	-	-	4.495	18.394
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	<u>1.709.747</u>	<u>156.960</u>	<u>(343.945)</u>	<u>466.156</u>	<u>1.988.918</u>

Notas Explicativas**10. IMOBILIZADO**

A movimentação é como segue:

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	Móveis Utensílios e <u>Instalações</u>	Instalações, Edifícios e <u>Dependências</u>	<u>Controladora</u>		<u>Terrenos</u>	<u>Total</u>
			Benfeitorias em Bens de <u>Terceiros</u>	Outras <u>imobilizações</u>		
Saldo em 31.12.2012	2.589	2.782	2.203	2.282	586	10.442
Adições	61	-	512	133	-	706
Alienações/baixas	-	-	(4)	(106)	-	(110)
Saldo em 31.12.2013	<u>2.650</u>	<u>2.782</u>	<u>2.711</u>	<u>2.309</u>	<u>586</u>	<u>11.038</u>
Adições	725	-	4.086	935	-	5.746
Alienações/baixas	-	-	(2.223)	(196)	-	(2.419)
Saldo em 31.12.2014	<u>3.375</u>	<u>2.782</u>	<u>4.574</u>	<u>3.048</u>	<u>586</u>	<u>14.365</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2012	(1.707)	(952)	(1.842)	(452)	-	(4.953)
Depreciações/amortizações	(425)	(112)	(336)	(177)	-	(1.050)
Alienações/baixas	-	-	-	60	-	60
Saldo em 31.12.2013	<u>(2.132)</u>	<u>(1.064)</u>	<u>(2.178)</u>	<u>(569)</u>	<u>-</u>	<u>(5.943)</u>
Depreciações/amortizações	(289)	(111)	(752)	(420)	-	(1.572)
Transferência/Reclassificação	793	-	-	(793)	-	-
Alienações/baixas	-	-	2.139	184	-	2.323
Saldo em 31.12.2014	<u>(1.628)</u>	<u>(1.175)</u>	<u>(791)</u>	<u>(1.598)</u>	<u>-</u>	<u>(5.192)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2013	518	1.718	533	1.740	586	5.095
Saldo em 31.12.2014	1.747	1.607	3.783	1.450	586	9.173
Taxas de depreciação - %	10	4	55,5	10	0	

Notas Explicativas

	<u>Consolidado</u>					
	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periférico	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Terrenos	Máquinas e Equipamentos
<u>Custo do imobilizado bruto</u>						
Saldo em 31.12.2012	15.256	6.588	17.617	12.593	586	26.279
Adições	1.900	665	210	6.852	-	1.011
Transferência/Reclassificação	9	(166)	-	1	-	9
Alienações/baixas	<u>(380)</u>	<u>(68)</u>	<u>(1.492)</u>	<u>(73)</u>	<u>-</u>	<u>(934)</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>16.785</u>	<u>7.019</u>	<u>16.335</u>	<u>19.373</u>	<u>586</u>	<u>26.365</u>
Adições	2.662	1.722	4.772	4.965	-	5.231
Transferência/Reclassificação	443	(118)	1.403	(8.135)	-	3.255
Alienações/baixas	<u>(310)</u>	<u>(449)</u>	<u>(74)</u>	<u>(2.235)</u>	<u>-</u>	<u>(3.320)</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>19.580</u>	<u>8.174</u>	<u>22.436</u>	<u>13.968</u>	<u>586</u>	<u>31.531</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2012	(8.120)	(4.392)	(8.409)	(4.109)	-	(8.830)
Depreciações/amortizações	(1.799)	(860)	(3.091)	(1.420)	-	(3.098)
Transferência/Reclassificação	(5)	21	-	1	-	(17)
Alienações/baixas	<u>266</u>	<u>129</u>	<u>1.244</u>	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>274</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>(9.658)</u>	<u>(5.102)</u>	<u>(10.256)</u>	<u>(5.508)</u>	<u>-</u>	<u>(11.671)</u>
Depreciações/amortizações	(1.750)	(1.364)	(2.720)	(1.462)	-	(3.069)
Transferência/Reclassificação	555	562	(13)	727	-	328
Alienações/baixas	<u>106</u>	<u>71</u>	<u>27</u>	<u>2.139</u>	<u>-</u>	<u>523</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>(10.747)</u>	<u>(5.833)</u>	<u>(12.962)</u>	<u>(4.104)</u>	<u>-</u>	<u>(13.889)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2013	7.127	1.917	6.079	13.865	586	14.694
Saldo em 31.12.2014	8.833	2.341	9.474	9.864	586	17.642
Taxas de depreciação - %	9	20	20	13	-	12

	<u>10.427</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>10.427</u>
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2014 - Arteris S.A.	
Notas Explicativas	
Amortização acumulada:	
Saldo em 31.12.2012	(612)
Amortização	(219)
Alienações/Baixas	<u>25</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>(806)</u>
Amortização	<u>(230)</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>(1.036)</u>
<u>Intangível Líquido:</u>	
Saldo em 31.12.2013	659
Saldo em 31.12.2014	9.391
Taxas de amortização - %	20%

(*) Desenvolvimento de projetos

Consolidado

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Direito de exploração (d)	Intangível andamer
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2012	5.256.056	351.939	144.380	17.120	9.997	861.
Adições	389.205	-	-	3.340	-	892.
Transferência/Reclassificação	580.677	-	-	181	-	(580.:
Alienações/baixas	<u>(1.507)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(366)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31.12.2013	6.224.431	351.939	144.380	20.275	9.997	1.173.
Adições	506.527	-	-	12.252	-	1.312.
Transferência/Reclassificação	664.225	-	-	40	-	(642.!
Alienações/baixas	<u>(974)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(248)</u>	<u>-</u>	<u>(23.:</u>
Saldo em 31.12.2014	7.394.209	351.939	144.380	32.319	9.997	1.820.
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2012	(1.480.027)	(192.785)	(67.233)	(9.583)	(1.645)	
Amortização	(235.637)	(26.864)	(9.155)	(2.217)	(1.414)	
Transferência/Reclassificação	725	-	-	(1)	-	
Alienações/baixas	<u>717</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>131</u>	<u>-</u>	
Saldo em 31.12.2013	(1.714.222)	(219.649)	(76.388)	(11.670)	(3.059)	
Amortização	(292.225)	(28.034)	(9.918)	(2.141)	(1.574)	
Transferência/Reclassificação	(1.378)	-	-	12	-	
Alienações/baixas	<u>491</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>-</u>	
Saldo em 31.12.2014	(2.007.334)	(247.683)	(86.306)	(13.806)	(4.633)	
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2013	4.510.209	132.290	67.992	8.605	6.938	1.173.
Saldo em 31.12.2014	5.386.875	104.256	58.074	18.513	5.364	1.820.

em junho de 2009, da CNE Participações, antiga controladora da Ratoeira e Centrovias. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada até o prazo final da concessão.

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2014 - Arteris S.A.

Notas E

- (d) Refere-se a valor assumido para exploração de granito e gnaisse a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo Arteris e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,3% a 2,58% a.a.	187.180	134.103
Financiamento de investimentos (BNDES) - automático (a)	TJLP + 3,3% a 5,3% a.a.	-	2.463
Financiamento de equipamentos - Estaduais (FINAME) (b)	TJLP + 3,3% a 7,93% a.a.	-	29
Financiamento de equipamentos - Federais (FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a.	287	344
Financiamento de equipamentos - Construtoras (FINAME) (b)	TJLP + 4,5% a.a.	3.119	3.569
Leasing (c)	CDI + 1,23% a 3,7% a.a.	1.383	2.439
Capital de giro (Construtoras)	112,5% CDI	6.007	-
Financiamento de veículos (d)	16,63% a.a. pré-fixada	<u>889</u>	<u>42</u>
		<u>198.865</u>	<u>142.989</u>

Leasing (c)	CDI + 1,23% a 3,7% a.a.	170	1.346
Capital de Giro (Construtoras)	112,5% CDI	9.855	-
Financiamento de Veículos (d)	16,63% a.a. pré-fixada	<u>2.318</u>	-
		<u>2.716.797</u>	<u>2.148.990</u>
		<u>2.915.662</u>	<u>2.291.979</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

(b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.

(c) Contratos modelo leasing financeiro, firmados com instituições financeiras para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros equipamentos. As garantias apresentadas são os próprios bens.

(d) Cédulas de crédito bancário celebrado com o Banco Volkswagen para aquisição de veículos de uso administrativo, com prazo de amortização de 36 meses, a partir da data de formalização da transação, cujas garantias são os próprios bens.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2016	214.740
2017	240.919
2018	252.393
2019	638.818
Após 2020	<u>1.369.927</u>
	<u>2.716.797</u>

Notas Explicativas

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos contratos de financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento dos contratos de concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados.
- e) Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, pagamento de juros dos mútuos ou amortização de principal desses mútuos quando a relação entre o patrimônio líquido e o passivo total for inferior a 20%.
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:
 - 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
 - 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
 - 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:
 - 3.1 À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação das concessionárias.

Notas Explicativas

3.2 Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.

3.3 Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos Contratos.

h) Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e exposto consentimento do BNDES.

j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pelas concessionárias nos contratos de financiamentos, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.

k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:

(a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico.

(b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.

Notas Explicativas

- (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
- (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção dos contratos de concessão.
- (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

Do acionista

- a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão das concessionárias, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração das concessionárias ou em transferência do controle acionário das concessionárias, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador das concessionárias.
- b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social das concessionárias, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico das concessionárias ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social das concessionárias, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- d) Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social das concessionárias, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social das concessionárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos contratos, a totalidade das ações emitidas pelas concessionárias.
- f) Na hipótese de extinção dos Contratos de Concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões das concessionárias ou ainda por falência ou recuperação judicial das concessionárias, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término dos contratos de concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste

Notas Explicativas

pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.

g) Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 meses a contar do término do Contrato de Concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 dias após expirado prazo.

Para não descumprir cláusulas do contrato do BNDES a Fernão Dias obteve junto a este órgão aprovação para emissão da 2ª emissão de debêntures em 16 de outubro de 2014 portanto a Sociedade e suas controladas estão cumprindo todas as cláusulas dos contratos com o BNDES nas datas das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

Os saldos são representados por:

				<u>Controladora</u>			
				<u>31.12.2014</u>		<u>31.12.2013</u>	
<u>Série</u>	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª emissão (d)	20.000	CDI + 1,4% a.a.	Jul/2015	230.372	-	-	205.022
2ª emissão (i)	<u>30.000</u>	CDI + 1,28% a.a.	Out/17	-	<u>309.154</u>	-	-
	<u>50.000</u>			<u>230.372</u>	<u>309.154</u>	-	<u>205.022</u>
				<u>Consolidado</u>			
				<u>31.12.2014</u>		<u>31.12.2013</u>	
<u>Série</u>	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Arteris:							
1ª emissão (d)	20.000	CDI + 1,4% a.a.	Jul/2015	230.372	-	-	205.022
2ª emissão (i)	<u>30.000</u>	CDI + 1,28% a.a.	Out/17	-	<u>309.154</u>	-	-
	<u>50.000</u>			<u>230.372</u>	<u>309.154</u>	-	<u>205.022</u>
Autovias:							
1ª emissão - 2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Mar/2017	63.524	104.984	9.461	148.675
3ª emissão (c)	<u>30.000</u>	CDI + 0,83% a.a.	Ago/2017	<u>108.912</u>	<u>204.000</u>	<u>726</u>	<u>300.000</u>
	<u>150.000</u>	-		<u>172.436</u>	<u>308.984</u>	<u>10.187</u>	<u>448.675</u>
Custo de transação				<u>(619)</u>	<u>(477)</u>	<u>(760)</u>	<u>(1.096)</u>
				<u>171.817</u>	<u>308.507</u>	<u>9.427</u>	<u>447.579</u>
Centrovias:							

Notas Explicativas

1ª emissão - 1ª série (a)	286.131	CDI + 1,7% a.a.	Mar/2015	-	-	67.690	16.847
1ª emissão -2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Mar/2017	62.890	105.618	9.460	148.676
2º emissão (f)	<u>40.000</u>	CDI+0,99%a.a	Jun/18	<u>115.379</u>	<u>285.760</u>	-	-
	<u>446.131</u>			<u>178.269</u>	<u>391.378</u>	<u>77.150</u>	<u>165.523</u>
Custo de transação				<u>(896)</u>	<u>(899)</u>	<u>(412)</u>	<u>(294)</u>
				<u>177.373</u>	<u>390.479</u>	<u>76.738</u>	<u>165.229</u>
Intervias:							
3ª emissão (c)	60.000	CDI + 1,09% a.a.	Set/18	19.128	600.000	16.234	600.000
4ª emissão - 1ª série (g)	150.000	CDI+1,10% a.a.	Out/19	3.811	150.000	-	-
4ª emissão - 2ª série (g)	<u>225.000</u>	IPCA+5,96% a.a.	Out/19	<u>5.546</u>	<u>225.000</u>	-	-
	<u>435.000</u>			<u>28.485</u>	<u>975.000</u>	<u>16.234</u>	<u>600.000</u>
Custo de transação				<u>(1.424)</u>	<u>(3.698)</u>	<u>(756)</u>	<u>(2.129)</u>
				<u>27.061</u>	<u>971.302</u>	<u>15.478</u>	<u>597.871</u>
Vianorte:							
1ª emissão - 1ªsérie (a)	153.776	CDI + 1,7% a.a.	Mar/2014	-	-	36.379	9.054
1ª emissão - 2ª série (a)	100.000	IPCA + 8% a.a.	Mar/2017	52.408	88.015	7.880	123.834
2º emissão (b)	<u>150.000</u>	CDI + 0,86% a.a.	Mar/2017	<u>64.892</u>	<u>90.000</u>	-	-
	<u>403.776</u>			<u>117.300</u>	<u>178.015</u>	<u>44.259</u>	<u>132.888</u>
Custo de transação				<u>(426)</u>	<u>(252)</u>	<u>(300)</u>	<u>(250)</u>
				<u>116.874</u>	<u>177.763</u>	<u>43.959</u>	<u>132.638</u>
Planalto Sul:							
1ª emissão (e)	1.390	CDI + 1,4% a.a.	Jul/2015	16.011	-	-	14.250
	<u>1.390</u>			<u>16.011</u>	-	-	<u>14.250</u>
Custo de transação				<u>(12)</u>	<u>(167)</u>	-	<u>(13)</u>
				<u>15.999</u>	<u>(167)</u>	-	<u>14.237</u>
Fluminense:							
1ª emissão (e)	2.250	CDI + 1,4% a.a.	Jul/2015	25.917	-	-	23.065
	<u>2.250</u>			<u>25.917</u>	-	-	<u>23.065</u>
Custo de transação				<u>(17)</u>	-	<u>(31)</u>	<u>(15)</u>
				<u>25.900</u>	-	<u>(31)</u>	<u>23.050</u>
Fernão Dias							
1ª emissão (e)	3.370	CDI + 1,4% a.a.	Jul/2015	38.818	-	-	34.546
2º emissão (h)	<u>10.000</u>	CDI + 1,15% a.a.	Jun/2016	-	<u>100.530</u>	-	-
	<u>13.370</u>			<u>38.818</u>	<u>100.530</u>	-	<u>34.546</u>
Custo de transação				<u>(251)</u>	<u>(109)</u>	-	<u>(32)</u>
				<u>38.567</u>	<u>100.421</u>	-	<u>34.514</u>

Notas Explicativas

Régis Bittencourt							
1ª emissão (e)	3.940	CDI + 1,4% a.a.	Jul/2015	45.383	-	-	40.389
	<u>3.940</u>			<u>45.383</u>	=	=	<u>40.389</u>
Custo de transação						=	=
				<u>45.383</u>	=	=	<u>40.389</u>
Litoral Sul:							
1ª emissão (e)	2.610	CDI + 1,4% a.a.	Jul/2015	30.064		-	26.756
	<u>2.610</u>			<u>30.064</u>		=	<u>26.756</u>
Custo de transação				(25)	=	(58)	(29)
				<u>30.039</u>	=	<u>(58)</u>	<u>26.727</u>
Total				<u>879.384</u>	<u>2.257.459</u>	<u>145.493</u>	<u>1.687.256</u>

- (a) 1ª emissão de debêntures 1ª e 2ª Série das estaduais de 15 de março de 2010 com valor nominal unitário de mil reais cada uma.
- (b) 2ª emissão de debêntures em série única da Vianorte de 20 de março de 2014 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.
- (c) 3ª emissão de debêntures em série única da concessionária Intervias emitidas em 25 de setembro de 2013 com valor nominal unitário dez mil reais, e a 3ª emissão de debêntures em série única da Autovias emitidas em 18 de dezembro de 2013 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.
- (d) 1ª emissão de debêntures em série única da Controladora emitida em 04 de outubro de 2013 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.
- (e) 1ª emissão de debêntures das concessionárias federais em série única emitidas em 04 de outubro de 2013 com valor nominal e unitário de dez mil reais cada uma.
- (f) 2ª emissão de debêntures da Centrovias em série única emitidas em 20 de março de 2014 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.
- (g) 4ª emissão de debêntures da Intervias em duas séries com emissão do contrato em 15 de outubro de 2014 com valor nominal unitário de dez mil reais.
- (h) 2ª emissão de debêntures da Fernão Dias em série única emitida em 15 de dezembro 2014 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.
- (i) 2ª emissão da Controladora emitida em 01 de outubro de 2014 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, para as debêntures da 2ª série, da respectiva atualização monetária e, para todas as debêntures, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor subscrito
1ª emissão - Estaduais				
2ª Série	15.03.2010	340.000	27.04.2010	345.382
2ª emissão –Centrovias e Vianorte	20.03.2014	550.000	25.03.2014	550.722
	25.09.2013 e		07.10.2013 e	
3ª emissão –Autovias e Intervias	18.12.2013	900.000	26.12.2013	902.168
4ª emissão -Estaduais	15.10.2014	375.000	05.11.2014	377.640
1ª emissão - Federais	04.10.2013	135.600	08.10.2013	141.338
2ª emissão - Federais	04.10.2013	100.000	07.10.2013	100.530
1ª emissão - Arteris	04.10.2013	200.000	08.10.2013	200.156
2ª emissão - Arteris	01.10.2014	<u>300.000</u>	01.10.2014	<u>302.486</u>
		2.900.600		2.920.422

As debêntures da 1ª série da 1ª emissão e da 2ª emissão das concessionárias Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, foram pré-pagas a fim de reestruturar e melhorar o perfil de amortização e vencimentos dos endividamentos.

A remuneração das debêntures da 1ª emissão - 2ª série das concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, desde março de 2011, e será amortizada anualmente em 3 parcelas.

A remuneração das debêntures da 3ª emissão da concessionária Intervias é paga semestralmente todo dia 25 dos meses de março e setembro a partir de 2014 e amortizadas em 3 parcelas anuais, a partir de 25 de setembro de 2016.

A remuneração das debêntures da 3ª emissão da concessionária Autovias será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 18 de fevereiro de 2014 e a amortização do principal será em 3 parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento em fevereiro de 2015 e a última em fevereiro de 2017.

A remuneração das debêntures da 1ª e 2ª emissão das concessionárias federais será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão da concessionária Centrovias será paga semestralmente com primeiro pagamento em 20 de dezembro de 2014, e os demais pagamentos nos meses de junho e dezembro de cada ano e será amortizada semestralmente em 7 parcelas, a partir de 20 de junho de 2015.

A remuneração das debêntures da 4ª emissão - 1ª série da concessionária Intervias é paga semestralmente todo dia 15 dos meses de abril e outubro a partir de 2015 e serão amortizadas em 3 parcelas anuais, a partir de 15 de outubro de 2017.

A remuneração das debêntures da 4ª emissão - 2ª série da concessionária Intervias é paga anualmente todo dia 15 do mês de outubro a partir de 2015 e será amortizada em uma única parcela em 15 de outubro de 2019.

Notas Explicativas

A remuneração das debêntures da 2ª emissão da controladora será paga semestralmente nos meses de abril e outubro com primeiro pagamento em abril de 2015.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2016	631.041
2017	1.041.456
2018	310.370
2019	<u>274.592</u>
	<u>2.257.459</u>

As debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª emissão das concessionárias estaduais contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção "Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública", arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade e suas controladas, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures da 2ª série da 1ª emissão são garantidas por:

1. Penhor de 51% das ações de emissão das emissoras Autovias e Centrovias e de 53,06% para Vianorte. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas, até o limite de 51%.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos direitos creditórios decorrentes da exploração das praças de pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos direitos creditórios de indenização.
4. Todas as cotas de emissão do fundo de investimento ("Sinking Fund"), conforme descrito na nota explicativa nº8.

As debêntures da 1ª e 2ª emissão da controladora e das concessionárias federais contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção "Escrituras e adiantamentos de debêntures", arquivado na CVM.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade e suas controladas, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures de 1ª e 2ª emissão das concessionárias federais são garantidas por aval prestado pela Arteris S.A., em favor dos debenturistas.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

<u>Ativo circulante</u>	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a receber - partes relacionadas:		
Controladas:		
Autovias (a)	1.024	269
Centrovias (a)	1.101	270
Intervias (a)	1.114	267
Vianorte (a)	964	267
Planalto Sul (a)	332	453
Fluminense (a)	517	621
Fernão Dias (a)	727	599
Régis Bittencourt (a)	881	892
Litoral Sul (a)	634	693
Latina Manutenção (a)	1.505	166
Latina Sinalização (a)	141	120
Autovias (d)	4.913	1.716
Centrovias (d)	3.386	1.218
Intervias (d)	4.783	1.763
Vianorte (d)	2.572	-
Planalto Sul (b)	16.823	8.592
Fluminense (b)	56.804	5.415
Fernão Dias (b)	32.730	17.412
Régis Bittencourt (b)	14.393	9.908
Litoral Sul (b)	81.758	9.626
Partes relacionadas:		
SPI Sociedade para participações em Infraestrutura S.A.	<u>1</u>	<u>-</u>
Total	<u>227.103</u>	<u>60.227</u>

(*) Não há saldos no consolidado.

	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Dividendos a receber de controladas:		
Fluminense	2.665	4.215
Régis Bittencourt	4.264	7.675
Litoral Sul	<u>-</u>	<u>2.742</u>
Total	<u>6.929</u>	<u>14.632</u>

Notas Explicativas

<u>Ativo não circulante</u>	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a receber partes relacionadas - controladas:		
Planalto Sul (b)	160.075	151.483
Fluminense (b)	165.833	100.418
Fernão Dias (b)	337.639	235.227
Régis Bittencourt (b)	147.379	127.471
Litoral Sul (b)	<u>332.853</u>	<u>173.227</u>
Total	<u>1.143.779</u>	<u>787.826</u>

(*) Não há saldos no consolidado.

<u>Passivo circulante</u>	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos e financiamentos a controladas:		
Autovias (c)	33.225	18.275
Centrovias (c)	24.702	9.840
Intervias (c)	31.493	22.485
Vianorte (c)	<u>17.622</u>	<u>10.075</u>
Total	<u>107.042</u>	<u>60.675</u>

(*) Não há saldos no consolidado.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a pagar:				
Partes relacionadas:				
Participe em Brasil S.L.	152	154	152	154
Controladas:				
Centrovias (a)	-	12	-	-
Intervias (a)	-	33	-	-
Latina Sinalização	-	<u>2</u>	-	-
Total	<u>152</u>	<u>201</u>	<u>152</u>	<u>154</u>

<u>Passivo não circulante</u>	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos e financiamentos de controladas:		
Autovias (c)	354.230	235.955
Centrovias (c)	294.201	149.361
Intervias (c)	311.745	289.261
Vianorte (c)	<u>164.075</u>	<u>154.000</u>
Total	<u>1.124.251</u>	<u>828.577</u>

(*) Não há saldos no consolidado.

- (a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Sociedade adotou em 2014 um novo critério de rateio dos custos imputáveis a todas as empresas do Grupo. Este

Notas Explicativas

critério ajusta os percentuais rateados de custos que são distribuídos em base à receita das empresas do Grupo. Esta mudança não altera o resultado operacional consolidado.

- (b) Contratos de mútuo ativo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,4% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2017.
- (c) Contratos de mútuo passivo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,4% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2017.
- (d) Refere-se a juros sobre capital próprio a receber.

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas:		
Controladas:		
Autovias	(39.088)	(21.500)
Centrovias	(29.061)	(11.577)
Intervias	(37.051)	(26.452)
Vianorte	(20.731)	(11.853)
Planalto Sul	19.792	10.108
Fluminense	19.846	6.370
Fernão Dias	38.507	20.483
Régis Bittencourt	16.933	11.657
Litoral Sul	<u>37.458</u>	<u>11.324</u>
Total	<u>6.605</u>	<u>(11.440)</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$6.111 (R\$12.306 em 31 de dezembro de 2013) na Controladora e R\$19.259 (R\$21.331 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado, a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou a suas controladas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$7.647 e R\$6.874 na controladora e R\$28.595 e R\$23.631 no consolidado.

Notas Explicativas

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade e suas controladas proveem a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade e de suas controladas. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

Notas Explicativas

<u>Circulante</u>		<u>Consolidado</u>			
		<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
		<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Autovias	Direito de outorga	7.634	7.219	7.838	7.414
	Parcela variável (a)	441	418	441	418
Centrovias	Direito de outorga	11.422	10.802	11.727	11.093
	Parcela variável (a)	490	462	490	462
Intervias	Direito de outorga	7.108	6.640	7.298	6.903
	Parcela variável (a/b)	605	537	605	537
Vianorte	Direito de outorga	46.336	43.825	47.574	45.006
	Parcela variável (a)	<u>416</u>	<u>396</u>	<u>416</u>	<u>396</u>
Total		<u>74.452</u>	<u>70.299</u>	<u>76.389</u>	<u>72.229</u>

<u>Não circulante</u>		<u>Consolidado</u>			
		<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
		<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Autovias	Direito de outorga	18.669	24.176	20.948	27.780
Centrovias	Direito de outorga	25.464	33.910	28.402	38.735
Intervias	Direito de outorga	25.738	30.189	29.867	35.864
Vianorte	Direito de outorga	<u>93.177</u>	<u>128.265</u>	<u>103.308</u>	<u>145.646</u>
Total		<u>163.048</u>	<u>216.540</u>	<u>182.525</u>	<u>248.025</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro, de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

(b) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Em 14 de dezembro de 2014, o conselho diretor da ARTESP prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária). Esta prorrogação não inclui os

Notas Explicativas

pagamentos efetuados em novembro de 2013 referente à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2014 está assim representada:

	<u>Parcelas</u>		<u>Total</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
Autovias	12	32	44
Centrovias	12	29	41
Intervias	12	49	61
Vianorte	12	26	38

Os valores pagos pelas controladas da Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ao Poder Concedente estão assim representados:

	<u>Outorga</u>		<u>Valor pago</u>
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	
Autovias	7.536	5.160	12.696
Centrovias	11.275	5.578	16.853
Intervias	7.016	6.338	13.354
Vianorte	<u>45.743</u>	<u>4.827</u>	<u>50.570</u>
Total	<u>71.570</u>	<u>21.903</u>	<u>93.473</u>

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2016	74.603
2017	74.603
2018	25.394
Após 2019	<u>7.925</u>
	<u>182.525</u>

As concessões de rodovias federais não compreendem pagamentos de concessão por serem referentes à modalidade de oferta de menor tarifa de pedágio.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

Notas Explicativas

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

A movimentação do saldo consolidado dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2014</u>
Cíveis	5.858	13.740	(5.606)	(6.509)	7.483
Trabalhistas	<u>5.929</u>	<u>9.093</u>	<u>(6.884)</u>	<u>(423)</u>	<u>7.715</u>
Total	<u>11.787</u>	<u>22.833</u>	<u>(12.490)</u>	<u>(6.932)</u>	<u>15.198</u>

	<u>31.12.2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2013</u>
Cíveis	4.624	4.845	(1.669)	(1.942)	5.858
Trabalhistas	<u>5.552</u>	<u>3.693</u>	<u>(2.214)</u>	<u>(1.102)</u>	<u>5.929</u>
Total	<u>10.176</u>	<u>8.538</u>	<u>(3.883)</u>	<u>(3.044)</u>	<u>11.787</u>

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$ 7.298 e R\$ 5.419, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 8.433 e R\$ 3.757, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Em maio de 2014 a Sociedade ajuizou na Justiça Federal, o valor de R\$23.308 em face da ANTT, com o objetivo de anular autos de infração impostos pela Agência. Na opinião de consultores legais tais autos apresentaram fragilidade nas motivações e desproporcionalidade dos valores apresentados.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é conforme segue:

Notas Explicativas

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2013	<u>71.043</u>	<u>68.489</u>	<u>401.395</u>	<u>43.151</u>
Adições		9.892	103.071	-
Utilizações	(59.849)	(889)	-	-
Ajuste a valor presente	-	1.003	22.842	2.754
Transferências	<u>84.064</u>	<u>19.785</u>	<u>(84.064)</u>	<u>(19.785)</u>
Saldos em 31.12.2014	<u>95.258</u>	<u>98.280</u>	<u>443.244</u>	<u>26.120</u>

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2012	80.614	56.336	252.115	54.905
Adições	10.374	-	135.331	887
Utilizações	(25.145)	(3.962)	-	(1)
Ajuste a valor presente	399	(459)	18.750	3.934
Transferências	<u>4.801</u>	<u>16.574</u>	<u>(4.801)</u>	<u>(16.574)</u>
Saldos em 31.12.2013	<u>71.043</u>	<u>68.489</u>	<u>401.395</u>	<u>43.151</u>

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$96.641 e R\$76.534, respectivamente.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$873.822 (R\$772.417 em 31 de dezembro de 2013) e está representado por 344.444.440 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2014</u>	
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	238.563.304	69,26
Conselho de Administração	5	0,00
Outros	<u>105.881.131</u>	<u>30,74</u>
Total	<u>344.444.440</u>	<u>100,00</u>

Notas Explicativas

	<u>31.12.2013</u>	
	Quantidade de <u>ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	238.563.304	69,26
Conselho de Administração	5	0,00
Outros	<u>105.881.131</u>	<u>30,74</u>
Total	<u>344.444.440</u>	<u>100,00</u>

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 23 de abril de 2014, aumento de capital social, mediante a capitalização de lucros, no valor de R\$101.405, passando o capital social a R\$873.822 divididos em 344.444.440 ações ordinárias, sem emissão de novas ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora):

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro líquido do exercício	447.370	426.972
Reserva legal de 5%	<u>(22.369)</u>	<u>(21.349)</u>
Base de cálculo	425.001	405.623
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Total	<u>106.250</u>	<u>101.405</u>
Dividendos antecipados	(79.222)	(79.222)
Dividendos proposto	<u>27.028</u>	<u>22.183</u>
Dividendos por ação	0,3085	0,29440

Notas Explicativas**18. RECEITAS**

Estão representadas por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receita de serviços prestados	2.431.851	2.300.436
Receita de serviços de construção	1.757.447	1.258.870
Outras receitas	<u>47.060</u>	<u>42.877</u>
	<u>4.236.358</u>	<u>3.602.183</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receita bruta	4.236.358	3.602.183
ISSQN	(123.318)	(134.753)
PIS	(17.271)	(16.382)
COFINS	(76.084)	(73.209)
Outras deduções	<u>(1.552)</u>	<u>(366)</u>
Receita líquida	<u>4.018.133</u>	<u>3.377.473</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Despesas:		
Com pessoal	(1.193)	(4.814)
Serviços de terceiros	817	(7.488)
Depreciação e amortização	(1.802)	(1.269)
Seguros e garantias	(1)	(44)
Consumo	(91)	(491)
Transportes	(140)	(490)
Outros	<u>(1.414)</u>	<u>(6.112)</u>
Total	<u>(3.824)</u>	<u>(20.708)</u>

Notas Explicativas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Custos:		
Custo de construção	(1.757.447)	(1.258.870)
Com pessoal	(141.455)	(133.572)
Serviços de terceiros	(174.293)	(155.471)
Depreciação e amortização	(336.786)	(270.630)
Custos com poder concedente	(22.660)	(32.554)
Seguros e garantias	(23.174)	(19.748)
Conservação	(104.936)	(100.807)
Provisão de manutenção em rodovias	(145.463)	(196.030)
Taxa fiscalização	(38.773)	(36.689)
Outros	<u>(67.483)</u>	<u>(32.744)</u>
Total	<u>(2.812.470)</u>	<u>(2.237.115)</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Despesas:		
Com pessoal	(77.557)	(78.084)
Serviços de terceiros	(39.433)	(42.423)
Depreciação e amortização	(7.903)	(15.115)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(9.576)	(3.960)
Seguros e garantias	(1.854)	(1.558)
Outros	<u>(45.763)</u>	<u>(40.678)</u>
Total	<u>(182.086)</u>	<u>(181.818)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	134.161	60.878
Aplicações financeiras	9.228	11.828
Outras receitas	<u>73</u>	<u>19</u>
Total	<u>143.462</u>	<u>72.725</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(157.968)	(71.383)
Outras despesas	<u>(4.557)</u>	<u>(16.064)</u>
Total	<u>(162.525)</u>	<u>(87.447)</u>

Notas Explicativas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	4.256	983
Aplicações financeiras	122.514	58.468
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	-	71
Outras receitas	<u>605</u>	<u>1.539</u>
Total	<u>127.375</u>	<u>61.061</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(383.045)	(263.120)
Atualização monetária do ônus da concessão	(22.093)	(28.505)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(26.958)	(22.713)
Outras despesas	<u>(17.977)</u>	<u>(24.486)</u>
Total	<u>(450.073)</u>	<u>(338.824)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	60.151	18.514
Integralização de capital - reservas de lucro	19.612	21.960
Juros capitalizados	78.426	35.344
Dividendos propostos		4.697

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>	
	31.12.2014	31.12.2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	448.511	426.970
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(152.493)	(145.169)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	158.853	158.491
Juros sobre o capital próprio recebido	(8.499)	(7.879)
Crédito sobre prejuízo fiscal e prejuízos fiscais sobre os quais não houve reconhecimento de efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social	-	-
Outros ajustes	<u>998</u>	<u>(5.443)</u>
Despesa contabilizada	<u>(1.141)</u>	<u>-</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(1.141)	-
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	690.157	669.256
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(234.653)	(227.547)
Crédito sobre prejuízo fiscal e prejuízos fiscais sobre os quais não houve reconhecimento de efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social		-
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	<u>1.882</u>	<u>24.631</u>
Despesa contabilizada	<u>(233.297)</u>	<u>(202.916)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(231.128)	(230.600)
Diferidos	(2.169)	27.684

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

Notas Explicativas

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 convertida em Lei nº 12.973 em 13 de maio de 2014 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Em 31 de dezembro de 2014 a Administração da Sociedade decidiu pela adoção antecipada conforme previsto em Lei, para o exercício de 2014 nas seguintes controladas: Autovias e Centrovias. As demais controladas farão a adoção quando da entrada da Lei em vigor a partir de 2015. Os ajustes efetuados não foram relevantes para o resultado individual e consolidado da Sociedade.

23. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro líquido do exercício	447.370	426.970
Número de ações durante o ano	<u>344.444</u>	<u>344.444</u>
Lucro por ação - básico	<u>1,2988</u>	<u>1,2396</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro líquido do exercício	456.860	466.340
Número de ações durante o ano	<u>344.444</u>	<u>344.444</u>
Lucro por ação - básico	<u>1,3264</u>	<u>1,3539</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação, pois não houve durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucros.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade e suas controladas não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativos	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	109.516	185.442	1.410.451	929.911
Partes relacionadas	1.370.882	848.053	-	-
Contas a receber	-	-	154.062	126.709
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	259.237	110.987
Outras contas a receber	1.267	2.826	6.806	5.691

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	2.809	1.071	204.632	166.962
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.915.662	2.291.979
Debêntures	539.526	205.022	3.136.843	1.832.749
Partes relacionadas	1.231.293	889.252	-	-
Credores pela concessão	-	-	237.500	286.839
Outras contas a pagar	2.756	4.347	10.165	9.833

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(+50%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(- 25%)</u>
CDI	12,50%	15,63%	18,75%	9,38%
Juros a incorrer(*)	(246.002)	(300.827)	(354.553)	(192.595)
Receita de aplicações financeiras	169.345	211.623	253.902	127.067
TJLP	5,00%	6,25%	3,75%	7,50%
Juros a incorrer(*)	(176.214)	(203.924)	(231.189)	(148.711)
IPCA	6.40%	8,00%	9,60%	4,80%
Juros a Incorrer(*)	<u>(33.483)</u>	<u>(38.755)</u>	<u>(44.812)</u>	<u>(27.720)</u>
Juros a incorrer líquido(*)	<u>(286.354)</u>	<u>(331.883)</u>	<u>(376.652)</u>	<u>(241.959)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2014 as controladas apresentavam valores a receber no valor de R\$137.923 (R\$119.714 em 31 de dezembro de 2013) das empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	2019 em diante	<u>Total</u>
Debêntures - CDI	13,08	558.449	670.400	669.321	545.280	526.996	2.970.496
BNDES Automático	7,95	235.369	274.812	288.150	291.086	1.883.132	2.972.549
Finame	5,99	244.429	374.015	216.424	-	-	834.868
Outorga	3,89	144.264	343.926	340.244	250.664	-	1079.098
Leasing	3,75	1.462	139	-	-	-	1.601
Capital de Giro	12,60	6.740	11.943	-	-	-	18.683
Debêntures - IPCA	13,30	<u>265.239</u>	<u>253.995</u>	<u>223.020</u>	<u>260.135</u>	-	<u>1.002.389</u>
Total		<u>1.456.002</u>	<u>1.929.230</u>	<u>1.737.159</u>	<u>1.347.165</u>	<u>2.410.128</u>	<u>8.879.684</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e nº 4.1.

Notas Explicativas

a) Demonstração do resultado por segmento

	31.12.2014			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
Receita líquida do segmento	4.018.133	488.362	4.506.495	(488.362)	4.018.133
Custos	<u>(2.839.340)</u>	<u>(448.223)</u>	<u>(3.287.563)</u>	<u>475.093</u>	<u>(2.812.470)</u>
Lucro bruto	<u>1.178.793</u>	<u>40.139</u>	<u>1.218.932</u>	<u>(13.269)</u>	<u>1.205.663</u>
Despesas gerais e administrativas	(193.289)	(35.908)	(229.197)	24.097	(205.100)
Outras (despesas) receitas operacionais	807	120	927	11.041	11.968
Receitas financeiras	239.933	2.814	242.747	(115.372)	127.375
Despesas financeiras	(543.545)	(2.474)	(546.019)	95.946	(450.073)
Variação cambial líquida				<u>324</u>	<u>324</u>
Lucro operacional antes dos impostos	<u>682.699</u>	<u>4.691</u>	<u>687.390</u>	<u>2.767</u>	<u>690.157</u>
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(224.034)	(5.953)	(229.987)	(1.141)	(231.128)
Diferidos	<u>(1.453)</u>	<u>4.151</u>	<u>2.698</u>	<u>(4.867)</u>	<u>(2.169)</u>
Lucro do exercício	<u>457.212</u>	<u>2.889</u>	<u>460.101</u>	<u>(3.241)</u>	<u>456.860</u>
			31.12.2013		
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
Receita líquida do segmento	3.378.837	518.275	3.897.112	(519.639)	3.377.473
Custos	<u>(2.278.381)</u>	<u>(485.540)</u>	<u>(2.763.921)</u>	<u>526.806</u>	<u>(2.237.115)</u>
Lucro bruto	<u>1.100.456</u>	<u>32.735</u>	<u>1.133.191</u>	<u>7.167</u>	<u>1.140.358</u>
Despesas gerais e administrativas	(147.901)	(23.087)	(170.988)	(35.307)	(206.295)
Outras (despesas) receitas operacionais	2.910	(803)	2.107	10.853	12.960
Receitas financeiras	117.613	2.056	119.669	(58.608)	61.061
Despesas financeiras	(381.168)	(1.538)	(382.706)	43.882	(338.824)
Variação cambial líquida	-	-	-	<u>(4)</u>	<u>(4)</u>
Lucro operacional antes dos impostos	<u>691.910</u>	<u>9.363</u>	<u>701.273</u>	<u>(32.017)</u>	<u>669.256</u>
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(225.556)	(5.044)	(230.600)	-	(230.600)
Diferidos	<u>215</u>	<u>2.417</u>	<u>2.632</u>	<u>25.052</u>	<u>27.684</u>
Lucro do período	<u>466.569</u>	<u>6.736</u>	<u>473.305</u>	<u>(6.965)</u>	<u>466.340</u>

Notas Explicativas**b) Balanços por segmento**

Ativos	31.12.2014			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	1.279.341	21.594	1.300.935	109.516	1.410.451
Contas a receber	152.835	1.227	154.062	-	154.062
Aplicações financeiras vinculadas	174.377	-	174.377	-	174.377
Contas a receber partes relacionadas	107.049	-	107.049	(107.049)	-
Outros circulantes	<u>54.099</u>	<u>60.279</u>	<u>114.378</u>	<u>(34.782)</u>	<u>79.596</u>
Total circulante	1.760.757	83.100	1.843.857	(32.315)	1.818.486
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	84.860	-	84.860	-	84.860
Contas a receber partes relacionadas	1.124.251	-	1.124.251	(1.124.251)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	155.009	8.709	163.718	20.188	183.906
Outros não circulantes	48.706	542	49.248	6.213	55.461
Imobilizado	16.436	35.877	52.313	9.173	61.486
Intangível	7.380.334	5.904	7.386.238	9.391	7.395.629
Diferido	<u>59.373</u>		<u>59.373</u>	<u>(59.373)</u>	
Total não circulante	<u>8.868.969</u>	<u>51.032</u>	<u>8.920.001</u>	<u>(1.138.659)</u>	<u>7.781.342</u>
Total dos ativos	<u>10.636.670</u>	<u>134.132</u>	<u>10.770.802</u>	<u>(1.170.974)</u>	<u>9.599.828</u>

Passivos	31.12.2014			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	188.356	10.509	198.865	-	198.865
Debêntures	649.012	-	649.012	230.372	879.384
Fornecedores	125.281	14.778	140.059	2.809	142.868
Obrigações sociais e fiscais	106.139	27.374	133.513	16.050	149.563
Credores pela concessão	74.452	-	74.452	-	74.452
Dividendos Propostos	6.929	-	6.929	20.099	27.028
Sinistros recebidos	39.266	-	39.266	(20.919)	18.347
Provisão Manutenção / Investimentos	193.538	-	193.538	-	193.538
Outros circulantes	<u>321.909</u>	<u>8.361</u>	<u>330.270</u>	<u>(256.499)</u>	<u>73.771</u>
Total circulante	1.704.882	61.022	1.765.904	(8.088)	1.757.816
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	2.804.569	10.164	2.814.733	(97.936)	2.716.797
Debêntures	1.948.521	-	1.948.521	308.938	2.257.459
Credores pela concessão	163.048	-	163.048	-	163.048
Provisão manutenção/investimento	469.364	-	469.364	-	469.364
Outros não circulantes	<u>1.147.882</u>	<u>4.360</u>	<u>1.152.242</u>	<u>(1.045.675)</u>	<u>106.567</u>
Total não circulante	6.533.384	14.524	6.547.908	(834.673)	5.713.235

Notas Explicativas

5

2.128.77

7

Patrimônio líquido	2.398.404	58.586	2.456.990	(328.213)	7
	<u>10.636.67</u>		<u>10.770.80</u>	<u>(1.170.974)</u>	<u>9.599.82</u>
Total dos passivos	<u>0</u>	<u>134.132</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>8</u>
			<u>31.12.2013</u>		

<u>Ativos</u>	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e "holding"</u>	<u>Saldo consolidado</u>
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	708.395	36.074	744.469	185.442	929.911
Contas a receber	125.981	728	126.709	-	126.709
Aplicações financeiras vinculadas	47.383	-	47.383	-	47.383
Contas a receber partes relacionadas	60.682	-	60.682	(60.682)	-
Outros circulantes	<u>33.044</u>	<u>79.073</u>	<u>112.117</u>	<u>(54.662)</u>	<u>57.455</u>
Total circulante	975.485	115.875	1.091.360	70.098	1.161.458
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	63.604	-	63.604	-	63.604
Contas a receber partes relacionadas	828.577	-	828.577	(828.577)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	142.495	4.558	147.053	25.055	172.108
Outros não circulantes	15.565	268	15.833	6.162	21.995
Imobilizado	19.298	21.984	41.282	5.095	46.377
Intangível	5.895.424	7.386	5.902.810	659	5.903.469
Diferido	<u>84.424</u>	<u>-</u>	<u>84.424</u>	<u>(84.424)</u>	<u>-</u>
Total não circulante	<u>7.049.387</u>	<u>34.196</u>	<u>7.083.583</u>	<u>(876.030)</u>	<u>6.207.553</u>
Total dos ativos	<u>8.024.872</u>	<u>150.071</u>	<u>8.174.943</u>	<u>(805.932)</u>	<u>7.369.011</u>

31.12.2013

<u>Passivos</u>	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e "holding"</u>	<u>Saldo consolidado</u>
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	136.872	6.008	142.880	109	142.989
Debêntures	145.511	-	145.511	(18)	145.493
Fornecedores	99.345	21.764	121.109	1.006	122.115
Obrigações sociais e fiscais	113.322	35.017	148.339	14.239	162.578
Credores pela concessão	70.299	-	70.299	-	70.299
Dividendos Propostos	14.632	-	14.632	7.551	22.183
Provisão Manutenção / Investimentos	-	-	-	40.152	40.152
Sinistros recebidos	139.532	-	139.532	-	139.532
Outros circulantes	<u>208.327</u>	<u>15.738</u>	<u>224.065</u>	<u>(168.915)</u>	<u>55.150</u>
Total circulante	927.840	78.527	1.006.367	(105.876)	900.491
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	2.283.329	4.578	2.287.907	(138.917)	2.148.990
Debêntures	1.482.450	-	1.482.450	204.806	1.687.256
Credores pela concessão	216.540	-	216.540	-	216.540
Provisão manutenção/investimento	444.546	-	444.546	-	444.546
Outros não circulantes	<u>734.311</u>	<u>4.228</u>	<u>738.539</u>	<u>(646.924)</u>	<u>91.615</u>

82

Notas Explicativas

Total não circulante	5.161.176	8.806	5.169.982	(581.035)	4.588.947
Patrimônio líquido	1.935.856	62.738	1.998.594	(119.021)	1.879.573
Total dos passivos	<u>8.024.872</u>	<u>150.071</u>	<u>8.174.943</u>	<u>(805.932)</u>	<u>7.369.011</u>

26. GARANTIAS E SEGUROS

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização estaduais			
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	17.000	24.000	21.000	24.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	92.626	131.448	160.272	122.292

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização - federais				
		Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	50.640	74.369	131.061	139.839	106.548

(*) Por sinistro

Notas Explicativas

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguros de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$62.000.

Notas Explicativas

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Planalto Sul

Conforme Assembleia Geral Extraordinária do dia 26 de janeiro de 2015 a Sociedade celebrou contrato de mútuo com a controladora Arteris no valor de R\$ 13 milhões. O referido contrato tem prazo de vencimento para 27 de março de 2015 e taxa de juros de 1,4% a.a. acrescidos de 100% da variação do CDI desde a data de desembolso. Os referidos recursos serão utilizados para financiamento dos investimentos previstos no cronograma de obras da Sociedade.

No dia 28 de janeiro de 2015 a Sociedade obteve a décima liberação do Sub-crédito "C" no valor de R\$ 2,5 milhões do empréstimo de longo prazo celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Com essa liberação a Sociedade concluiu a captação dos R\$ 331,3 milhões previstos para o referido contrato.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária do dia 13 de fevereiro de 2015 a Sociedade celebrou contrato de mútuo com a controladora Arteris no valor de R\$ 13 milhões. O referido contrato tem prazo de vencimento para 13 de abril de 2015 e taxa de juros de 1,4% a.a. acrescidos de 100% da variação do CDI desde a data de desembolso. Os referidos recursos serão utilizados para financiamento dos investimentos previstos no cronograma de obras da Sociedade.

Litoral Sul

Em 26 de janeiro de 2015 foram integralizados 14.781.966 ações ordinárias sem valor nominal (R\$20.000) que foram subscritas em 26 de janeiro de 2015 através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária.

Fernão Dias

Em 26 de janeiro de 2015 foram integralizados 10.752.688 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 0,93, no valor total de R\$10.000 que foram subscritas em 26 de janeiro de 2015 através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária.

A integralização foi em moeda corrente nacional, mediante a capitalização dos créditos que a Arteris S.A. detém da concessionária em razão de contratos de mútuos celebrados.

O total do capital social subscrito e integralizado é de R\$ 348.001.003,00, dividido em 351.484.816 ações.

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL**PARA O ANO DE 2015**

O Conselho de Administração da Companhia, com base no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, submete à apreciação Vossas Senhorias, para deliberação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 08 de abril de 2015, proposta de orçamento de capital para o exercício de 2015 conforme demonstrado na tabela a seguir:

Estimativa do Fluxo de Caixa ano 2015	Em milhões de Reais
Caixa Inicial	1.410
Fluxo de caixa gerado pelas operações após imposto de renda	1.388
Disposições de novos financiamentos e receitas financeiras menos amortizações de financiamentos e pagamentos de despesas financeiras	319
Pagamento de dividendos AGO	(27)
Pagamento de dividendos intermediários (nov/15)	(69)
Caixa Disponível para Investimentos	3.022
Investimentos previstos concessões	(2.067)
Outros investimentos em projetos e equipamentos	(11)
Saldo de Caixa Final	943

Adicionalmente, face aos compromissos de investimento assumidos perante o Poder Concedente no que tange às suas cinco concessionárias federais, a Companhia espera investir recursos da ordem de R\$ 6,8 bilhões durante todo o período de concessão. Estes investimentos em ativos imobilizados e intangíveis contemplam a construção, melhoria e manutenção dos trechos de rodovias administrados, em linha com o plano de investimento de longo prazo da Companhia e às exigências legais de seus contratos de concessão.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da

Arteris S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Arteris S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arteris S.A., em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Arteris S.A., em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Arteris S.A., diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis individuais, somente no que se refere à opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as Demonstrações, individuais e consolidadas, do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Tufani

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1 SP 124504/O-9

Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em reunião realizada nesta data, às 9:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da ARTERIS S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após exame dos documentos e propostas da Administração submetidos a sua análise nesta data, e considerando o parecer sem ressalva emitido pelos auditores independentes BDO Auditores Independentes, por unanimidade opina favoravelmente à aprovação em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 08 de abril de 2015, e com base no Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 (tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Docs. nº 1, 2 e 3, respectivamente), da destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 447.370.426,89 (quatrocentos e quarenta e sete milhões, trezentos e setenta mil e quatrocentos e vinte e seis reais e oitenta e nove centavos), sendo (i) R\$ 22.368.521,34 (vinte e dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil, quinhentos e vinte e um reais e trinta e quatro centavos) equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, destinado à reserva legal, nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia; (ii) R\$ 106.250.476,39 (cento e seis milhões, duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e setenta e seis reais e trinta e nove centavos), equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2014, conforme Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, dos quais R\$79.222.221,20 (setenta e nove milhões, duzentos e vinte e dois mil, duzentos e vinte e um reais e vinte centavos) já foram distribuídos em 28 de novembro de 2014, remanescendo R\$27.028.255,19 (vinte e sete milhões, vinte e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos) para distribuição aos acionistas da Companhia; (iii) R\$ 318.751.429,16 (trezentos e dezoito milhões, setecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos) destinados à reserva de lucro para fazer face ao orçamento de capital devidamente preparado pela Diretoria, o qual foi submetido à apreciação e aprovado por este Conselho Fiscal da Companhia e deverá ser submetido e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. No entanto, caso sejam aprovadas, sem ressalvas, as destinações ora propostas, o valor das reservas de lucros ultrapassará o valor do capital social, ficando em desacordo com o limite previsto no artigo 199 da Lei 6.404/76. Por tal razão, os conselheiros recomendam também a capitalização de parte do saldo das reservas que vier a exceder o capital social da companhia, no montante estimado de R\$159.375.714,58 (cento e cinquenta e nove milhões, trezentos e setenta e cinco mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta e oito centavos).

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.

Luiz Fernando Parente

Conselheiro

Domingos Aparecido Maia

Conselheiro

Evelyn Joerg

Conselheira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

David Antonio Díaz Almazán

Diretor Presidente

Felipe Ezquerria Plasencia

Diretor Vice Presidente Administrativo Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Angelo Luiz Lodi

Diretor

Paulo Pacheco Fernandes

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

David Antonio Díaz Almazán

Diretor Presidente

Felipe Ezquerria Plasencia

Diretor Vice Presidente Administrativo Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Angelo Luiz Lodi

Diretor

Paulo Pacheco Fernandes

Diretor